

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº. 11.669.021/0001-10

NIRE: 33.300.292.896

Companhia Aberta

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em atendimento ao disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 481, de 17 de dezembro de 2009 (“ICVM 481/09”), a administração da **QGEP Participações S.A.** (“QGEPP” ou “Companhia”) apresenta a seguir a sua proposta para os itens a serem deliberados na **Assembleia Geral Ordinária** a ser realizada no dia 16 de abril de 2014.

1. Tomada das contas dos Administradores, Exame, Discussão e Votação das Demonstrações Financeiras Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2013.

A Administração da Companhia propõe que sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração e as contas dos administradores, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

As Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório da Administração e do parecer dos auditores independentes relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 24 de fevereiro de 2014 e publicadas no Jornal do Commercio e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro no dia 27 de fevereiro de 2014, em edição circulada no dia 06 de março.

Os comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do Item 10 do Formulário de Referência, constam do Anexo A que segue com esta proposta.

Adicionalmente, a administração da Companhia disponibilizou para a análise de V.Sas., por meio do setor de Informações Periódicas Eventuais – IPE, os seguintes documentos:

- (i) Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício social findo em 31 de dezembro de 2013;
- (ii) Demonstrações Financeiras e notas explicativas;
- (iii) parecer dos Auditores Independentes; e
- (iv) formulário de demonstrações financeiras padronizadas – DFP.

2. Destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 e distribuição de dividendos.

A Administração da Companhia propõe que o lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 tenha a destinação indicada nas Demonstrações Financeiras. Em atendimento ao art. 9, §1º, II da ICVM 481/09, o Anexo B a este documento apresenta as informações relacionadas à proposta de destinação do lucro líquido do exercício.

3. Eleição dos membros do Conselho de Administração para o período de 2014 à 2016 e aprovação da remuneração dos administradores

A administração da Companhia propõe que sejam reeleitos, com mandato até a realização da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, os atuais membros do Conselho de Administração, contemplando, portanto, a indicação de 2 (dois) Conselheiros Independentes: os Srs. Luiz Carlos de Lemos Costamilan e José Luiz Alquéres, com a finalidade de atender aos requisitos de independência do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A.

Em atendimento ao disposto no artigo 10 da ICVM 481/09, o Anexo C à presente proposta contém as informações indicadas no item 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência.

A Administração propõe que a remuneração global dos Administradores da Companhia a ser paga até a data de realização da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2014, seja aprovada no valor global de R\$2.903.522,00 (dois milhões, novecentos e três mil, quinhentos e vinte e dois reais). Referido valor não inclui despesas contabilizadas com o Programa de Opção de Compra outorgado em 24 de fevereiro de 2014 no âmbito do Plano de Opção da Companhia.

Este montante, que não será necessariamente despendido em sua totalidade, será alocado pelo Conselho de Administração entre os Diretores e os membros do Conselho de Administração da Companhia.

Vale notar, ainda, que o item 13.2 do Formulário de Referência possui tabela com informações de natureza distinta, tendo em vista que o limite de remuneração global dos Administradores, estabelecido em Assembleia Geral da Companhia, refere-se ao período compreendido entre a data da Assembleia Geral do ano em que realizada e a data da Assembleia Geral Ordinária do ano subsequente, enquanto o referido item 13.2 trata da remuneração do período correspondente ao exercício fiscal.

Por fim, em atendimento ao disposto no artigo 12 da ICVM 481/09, o Anexo D à presente proposta contém as informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência.

4. Instalação e eleição dos membros do Conselho Fiscal, bem como aprovação da remuneração dos conselheiros

A Companhia informa que recebeu em 10 de abril de 2014, carta assinada por acionistas representando mais de 2% das ações com direito à voto da Companhia, informando a intenção de pedir a instalação do Conselho Fiscal e indicando candidatos para o posição de membro efetivo e suplente do Conselho Fiscal, cujos currículos foram divulgados aos acionistas, através do Aviso aos Acionistas divulgado em 10 de abril de 2014, disponível no site da Companhia (www.qgep.com.br/ri) e na Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

A Companhia informa ainda que, em 15 de abril de 2014, recebeu carta assinada por seus acionistas controladores, informando seus candidatos para a posição de membros efetivos e suplentes ao Conselho Fiscal, cujos currículos foram divulgados aos acionistas por meio de Aviso aos Acionistas divulgado em 15 de abril de 2014, disponível no site da Companhia (www.qgep.com.br/ri) e na Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

Em função dessa solicitação, a Companhia atualizou a presente proposta com as informações dos candidatos ao Conselho Fiscal, esclarecendo que a eleição dos membros do Conselho Fiscal ocorrerá na Assembleia Ordinária da Companhia, a ser realizada em 16 de abril de 2014, às 10h, em sua sede social.

Anexo A

(Comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do Item 10 do Formulário de Referência)

10.1. Condições financeiras e patrimoniais gerais

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A QGEP atua no setor de exploração e produção, sendo a primeira empresa brasileira de controle privado a operar na área do polígono do pré-sal da bacia de Santos em função de sua qualificação como "Operador A" pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o que permite nossa atuação como operadora em águas rasas, profundas e ultraprofundas. Em termos de produção diária de barris de óleo equivalente (BOE), durante os anos de 2012 e 2013, fomos a maior empresa brasileira segundo dados divulgados pela ANP. Nossas atividades de exploração e produção de petróleo, gás natural e condensado concentram-se, atualmente, em 9 diferentes bacias: Santos, Campos, Espírito Santo, Jequitinhonha, Camamu-Almada, Pernambuco-Paraíba, Ceará, Pará-Maranhão e Foz do Amazonas. Nosso principal ativo em produção é o Campo de Manati, no Estado da Bahia, no qual detemos 45% de participação. Trata-se de um dos maiores campos de gás natural não associado em produção no Brasil, produzindo em média 6,0 milhões de m³ por dia de gás em 2013.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, nossa receita líquida totalizou R\$486,1, R\$462,3 milhões e R\$289,0 milhões, respectivamente. Conforme detalhado no item 10.2 deste documento, nossas receitas são preponderantemente provenientes da venda de gás para a Petrobras. Atualmente a Companhia possui uma linha de crédito aprovada pela FINEP no valor de R\$266,1 milhões, dos quais R169,3 milhões foram desembolsados em 2013. Esse financiamento foi obtido para suportar o Sistema de Produção Antecipada do Campo de Atlanta.

A Companhia apresentou liquidez satisfatória, conforme capital circulante líquido (diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante) de R\$1.050,3, em 31 de dezembro de 2013, R\$1.010,3 milhões em 31 de dezembro de 2012 e R\$862,8 milhões em 31 de dezembro de 2011. Nossa liquidez corrente (Ativo Circulante/Passivo Circulante) estava na proporção de 449%, em 31 de dezembro de 2013, 1.125% em 31 de dezembro de 2012 e de 218% em 31 de dezembro de 2011.

Considerando nossas receitas e nossa liquidez, entendemos que a Companhia dispõe de condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir obrigações de curto prazo.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

Em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, tínhamos uma posição consolidada na conta Caixa e Equivalentes de Caixas e aplicações financeiras de R\$1.005,8 milhões, R\$952,3 milhões e R\$1.152,5 milhões e um ativo circulante de R\$1.284,2, R\$1.100,1 milhões e R\$1.258,1 milhões, respectivamente. Nas referidas datas, apresentávamos um passivo circulante consolidado de R\$233,8, R\$89,8 milhões e R\$395,3 milhões, e um passivo não circulante consolidado de R\$396,6, R\$116,5 milhões e R\$158,6 milhões, respectivamente.

Adicionalmente, com relação ao padrão de financiamento de nossas operações, a estrutura de capital da Companhia em 31 de dezembro de 2013 era composta de 74% de capital próprio e 26% de capital de terceiros, em 31 de dezembro de 2012 era composta de 92% de capital próprio e 8% de capital de terceiros e em 31 de dezembro de 2011 era composta de 80% de capital próprio e 20% de capital de terceiros.

Na medida em que surgir necessidade de novos investimentos no desenvolvimento de nossas reservas e no aumento do nosso portfólio, analisaremos a possibilidade de captar novos recursos para a Companhia, seja por meio de dívida ou de capital próprio, sempre considerando as opções mais eficientes em termos de estrutura e de custo.

Por fim, destacamos que não há hipóteses de resgate de ações de nossa emissão, além das legalmente previstas.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o nosso fluxo de caixa, nossa posição de liquidez e nossa estrutura de capital, acreditamos que temos condições de cumprir com nossos compromissos e obrigações no curto e no longo prazo, embora não possamos garantir que tal situação permanecerá inalterada neste período.

Adicionalmente, temos cumprido com as nossas obrigações relativas aos compromissos financeiros

assumidos e, caso necessário, analisaremos a possibilidade de contrair novos empréstimos, sempre ponderando as opções mais eficientes em termos de estrutura e custos para a Companhia.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A Companhia tem buscado em sua própria geração de caixa os recursos necessários para o financiamento de seu capital de giro e de seus investimentos.

Nos exercícios findos em 2013, 2012 e 2011, nossa geração de caixa e os recursos do IPO nos permitiram financiar nosso capital de giro e grande parte da expansão de nossas atividades. Realizamos nesse período, principalmente na fase de desenvolvimento dos negócios da Companhia, a contratação de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras, sendo o respectivo pagamento e liquidação realizados com os recursos advindos da nossa própria geração de recursos.

Adicionalmente, em 12 de setembro de 2013, a Companhia assinou contrato de financiamento com a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) no valor de R\$266.112.048,62 com objetivo de financiar principalmente o Sistema de Produção Antecipada do Campo de Atlanta.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que a Companhia pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Diante da nossa estrutura de capital, acreditamos que nossa geração de caixa, bem como parte dos recursos provenientes da nossa Oferta Pública Inicial de Ações (IPO) ainda disponíveis em caixa, sejam suficientes para cumprir as nossas obrigações operacionais rotineiras bem como nosso cronograma de investimentos exploratórios. Atualmente, dos valores recebidos no IPO, R\$827,87 milhões, representando 56% (cinquenta e seis por cento) do total desses recursos, ainda não foram utilizados e podem ser utilizados no pagamento de nossas obrigações operacionais ou em compromissos relacionados aos investimentos exploratórios. Contudo, poderemos elevar a alavancagem financeira da Companhia por meio de novas fontes de financiamentos, à medida que surgirem oportunidades de novos investimentos, sobretudo em aquisições, bem como para desenvolvimento da produção da Companhia.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; (iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 12 de setembro de 2013, a Companhia assinou contrato de financiamento com a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) no valor de R\$266.112.048,62 com objetivo de financiar aproximadamente 90% do Sistema de Produção Antecipada do Campo de Atlanta. Esta linha foi aprovada para o prazo total de dez anos, com três anos de carência, duas linhas com taxas de juros equivalentes a 3,5% a.a.. Esta é a única linha de crédito presente nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2013.

Para outras informações sobre contratos de empréstimo e financiamento e obrigações contratuais da Companhia, vide a seção 3.9.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Com exceção do empréstimo com a FINEP no valor de R\$266,1 milhões, em 31 de dezembro de 2013, não possuíamos em nosso passivo nenhuma outra operação de longo prazo com instituições financeiras.

No entanto, como prática, buscamos manter uma relação comercial com os principais agentes financeiros no mercado, visando ao pronto acesso a linhas de crédito para financiamento de novos investimentos e eventuais demandas de capital de giro.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Como a Companhia possui apenas uma dívida junto à FINEP, não existe subordinação.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, a distribuição de dividendos, a alienação de ativos, a emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário.

Com relação ao contrato de financiamento firmado com a FINEP, a QGEP deverá solicitar a autorização prévia da financiadora sobre atos que, diretamente ou indiretamente, resultem numa diminuição de capacidade de pagamento da QGEP face aos compromissos assumidos no contrato de financiamento.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os recursos contratados da FINEP tem o limite de prazo de utilização de 36 meses contados a partir da assinatura do contrato. Até 31 de dezembro de 2013, R\$169,3 milhões já haviam sido desembolsados.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Resultados operacionais

A tabela a seguir apresenta os valores relativos à demonstração de resultados consolidados da Companhia para os períodos indicados:

(R\$ milhões)	2013	ΔV (%)	2012	ΔV (%)	2011	ΔV (%)	ΔH 2013/2012	ΔH 2012/2011
Receita líquida	486,1	100	462,3	100,0	289,0	100	5,1%	60,0%
Custos	(209,9)	(43,2)	(182,8)	(39,5)	(128,7)	(44,5)	14,8%	42,0%
Lucro bruto	276,2	56,8	279,5	60,5	160,3	55,5	(1,2%)	74,4%
Receitas (despesas) operacionais	(150,5)	(31,0)	(239,5)	(51,8)	(123,4)	(42,7)	(37,1%)	(94,1%)
Gerais e administrativas	(68,6)	(14,1)	(63,3)	(13,7)	(59,5)	(20,6)	9,3%	6,4%
Equivalência patrimonial	(0,5)	(0,1)	-	-	-	-	-	162,1%
Custos exploratórios	(81,5)	(16,8)	(177,0)	(38,3)	(56,6)	(19,6)	(53,9%)	212,7%
Outras despesas operacionais líquidas		-	0,8	0,2	(7,3)	(2,5)	(25,4%)	(111,0%)
Lucro operacional	125,5	25,8	40,0	8,7	36,9	12,8	214,0%	8,4%
Resultado financeiro líquido	62,1	12,8	82,5	17,9	84,4	29,2	(24,7%)	(2,3%)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	187,7	38,6	122,5	26,5	121,2	41,9	53,2%	1,1%
Imposto de renda e contribuição social	4,6	0,9	(40,0)	(8,7)	(29,1)	(10,1)	(111,4%)	37,5%
Lucro (Prejuízo) líquido do período	192,2	39,5	82,5	17,9	92,1	31,9	133,1%	(10,4%)

ΔV – Análise Vertical – percentual em relação ao total da receita líquida.

ΔH – Análise Horizontal – percentual resultante da comparação entre os períodos

Receita Líquida

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, a receita líquida totalizou R\$486,1, em comparação com a receita líquida de R\$462,3 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, representando um aumento de 5,1%, resultado de uma produção de 982,3 milhões de m³ de gás natural e de 15,9 mil m³ de condensado e principalmente devido ao reajuste contratual do preço do gás natural.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, a receita líquida totalizou R\$289 milhões.

Custos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, os custos totalizaram R\$209,9 em comparação com os custos de R\$182,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, representando um aumento de 14,8%. Isso ocorreu principalmente em razão dos custos de manutenção incorridos no 2T13 relacionados à manutenção programada realizada no Campo de Manati em abril. Além dos custos de operação da planta de gás, contribuíram para o aumento neste período os seguintes itens: (i) R\$95,1 de depreciação; (ii) R\$47,7 de Royalties e Participação Especial; (iii) R\$1,5 de Pesquisa & Desenvolvimento; e (iv) R\$15,9 milhões de custos de manutenção no Campo de Manati.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, os custos totalizaram R\$182,8 milhões em comparação com os custos de R\$128,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, representando um aumento de 40%.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, os custos totalizaram R\$128,7 milhões em comparação com os custos de R\$57,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de 125,2%. Além dos custos operacionais da planta de gás localizada em São Francisco do Conde, no Estado da Bahia, no valor de R\$37,5 milhões, contribuíram para o aumento dos custos deste período os seguintes itens: (i) R\$53,1 milhões de depreciação; (ii) R\$24,7 milhões de Royalties e Participação Especial; (iii) R\$3,0 milhões de Pesquisa & Desenvolvimento; e (iv) R\$10,4 milhões de custos de manutenção no Campo de Manati.

Despesas Gerais e Administrativas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$69,2 em comparação com despesas gerais e administrativas de R\$63,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, representando um aumento de 9,3%. Essa

variação decorreu do aumento do quadro de funcionários em nossa controlada QGEP em função do avanço dos trabalhos relacionados a operação do Bloco BS-4 bem como para as demais operações da Companhia. Este montante também inclui 15,4 milhões associados aos custos com participação no resultado do ano de 2013.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$63,3 milhões em comparação com despesas gerais e administrativas de R\$59,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, representando um aumento de 6,4%. Grande parte dessa variação foi decorrente de aumento do quadro de funcionários para operação do Bloco BS-4. Desta forma, parte das despesas administrativas, foi alocada a este projeto, do qual a QGEP retém em seu ativo 30% deste saldo, sendo os 70% remanescentes relativos aos parceiros no bloco, que reembolsam as despesas ao operador. O montante total repassado em 2013 foi de R\$23,0 milhões comparado a R\$12,8 milhões em 2012.

Este montante também inclui R\$13,1 milhões associados aos custos com participação no resultado dos anos de 2011 e 2012. As despesas de 2011 compreendem R\$23,1 milhões em gratificação devido à conclusão bem-sucedida do IPO.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$59,5 milhões em comparação com despesas gerais e administrativas de R\$10,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de 489,1%. Tal variação ocorreu em função do crescimento do número de profissionais no corpo técnico da Companhia, a fim de viabilizar o cumprimento de suas atividades na qualidade de operador do Bloco BS-4, bem como a estratégia de aumentar sua presença como operador de outros blocos.

Custos Exploratórios

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, os custos exploratórios totais atingiram R\$81,5 em comparação com custos exploratórios de R\$177 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, representando uma redução de 55,7%. Do montante de R\$81,5 em 31 de dezembro de 2013, R\$42,3 relacionada à devolução do Bloco BM-S-12 à ANP e R\$18,7 referem-se à sísmica referente às novas aquisições.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, os custos exploratórios totais atingiram R\$177,0 milhões em comparação com custos exploratórios de R\$56,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, representando um aumento de 212,7%. Este valor reflete principalmente a baixa de R\$126,5 milhões do Bloco BM-S-12 e R\$37,2 milhões da descoberta de Jequitibá, que impactou principalmente o segundo trimestre de 2012.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, os custos exploratórios totais foram de R\$56,6 milhões em comparação com os custos exploratórios de R\$39,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de 45,1%. Esta variação reflete principalmente: (i) os custos do poço 1-SPS-80, no valor de R\$13,2 milhões, localizado no Bloco BM-S-76, perfurado no primeiro trimestre de 2011, onde não foram identificadas zonas potencialmente produtoras; e (ii) a aquisição de dados sísmicos, no valor de R\$29,6 milhões, que compreendem a região dos blocos BM-S-8 e BS-4, nos quais a QGEP adquiriu participação em 2011, por meio de acordos de *farm-ins*.

Resultado Financeiro Líquido

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o resultado financeiro líquido totalizou R\$62,1 milhões, comparado ao resultado financeiro líquido de R\$82,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, representando uma redução de 24,8%, 2012 quando tivemos o resultado de uma receita financeira de R\$22,8 milhões relacionadas à variação cambial sobre o saldo a pagar de 30% de participação do Bloco BS-4 em 2012.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, o resultado financeiro líquido foi de R\$82,5 milhões, comparado ao resultado financeiro líquido de R\$84,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, representando uma redução de 2,2%, em função das menores taxas de juros.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o resultado financeiro líquido foi de R\$84,4 milhões, comparado ao resultado financeiro líquido de R\$9,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de 761,2%. Este montante

refere-se, basicamente, à receita financeira gerada pelas aplicações dos recursos captados no IPO da Companhia, recebidos em fevereiro de 2011. Além disso, o resultado financeiro do período também foi impactado pela despesa de variação cambial, no valor de R\$48,5 milhões, referente à depreciação do câmbio sobre a parcela do pagamento remanescente da aquisição do Bloco BS-4, bem como ao saldo provisionado para eventual abandono do Campo de Manati.

Lucro Líquido

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o lucro líquido acumulado da Companhia foi de R\$192,2 milhões, um aumento de 133,1% em comparação com o lucro líquido de R\$82,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, quando a Companhia incorreu em maiores custos relacionados às atividades exploratórias.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, o lucro líquido acumulado da Companhia foi de R\$82,5 milhões, em comparação com o lucro líquido de R\$92,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, representando uma redução de 10,4%, decorrente da combinação dos lucros operacional e financeiro. Os principais fatos que afetaram o resultado do período foram a maior produção do Campo de Manati, os custos exploratórios de R\$177,0 milhões relativos às atividades exploratórias que não foram bem sucedidas no Bloco BM-S-12 e ao retorno do prospecto Jequitibá à ANP.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, o lucro líquido acumulado da Companhia foi de R\$92,1 milhões, em comparação com o lucro líquido de R\$35,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de 158,7%, decorrente da combinação dos lucros operacional e financeiro. Os principais fatos que afetaram o resultado do período foram: (i) a redução da receita de venda de gás, devido ao menor volume de produção do Campo de Manati; (ii) os custos exploratórios do poço 1-SPS-80; (iii) as despesas administrativas não recorrentes referentes ao IPO da Companhia; (iv) o aumento da receita financeira pela captação do IPO em fevereiro de 2011; e (v) a variação cambial decorrente da desvalorização da moeda brasileira frente ao dólar norte-americano.

Contas Patrimoniais

A tabela a seguir apresenta os valores relativos aos balanços patrimoniais da Companhia nas datas indicadas:

(R\$ milhões)	2013	2012	2011	ΔH 2013/2012	ΔH 2012/2011
Ativo					
Circulante	1.284,2	1.100,1	1.258,1	14,9%	(12,6%)
Caixa e equivalente de caixa	357,8	871,3	1.022,0	(58,9%)	(14,7%)
Aplicações financeiras	648,0	80,9	130,5	701,0%	(38,0%)
Contas a receber	99,4	92,8	76,1	7,2%	21,8%
Estoques	47,8	9,5	5,4	402,7%	77,2%
Impostos e contribuições a recuperar	10,4	35,7	20,7	(70,9%)	72,5%
Créditos com parceiros	116,2	9,4	2,2	1.136,2%	325,5%
Outros	4,7	0,5	1,2	787%	(56,8%)
Não Circulante	1.755,1	1.333,9	1.471,6	34,9%	(9,4%)
Caixa restrito	4,2	24,2	61,0	(82,8%)	(60,3%)
Impostos a recuperar	0,3	0,4	0,1	(21,5%)	300,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22,5	-	5,8	100%	(100%)
Imobilizado	1.083,5	773,2	869,4	40,1%	(11,1%)
Intangível	631,3	536,1	535,2	17,8%	0,2%
Outros	2,9	-	0,1	100%	(100%)
TOTAL DO ATIVO	3039,3	2.434,0	2.729,7	24,9%	(10,8%)
Passivo e Patrimônio Líquido					
Circulante	233,7	89,8	395,3	160,4%	(77,3%)
Fornecedores	160,2	32,5	26,6	392,8%	22,2%
Contas a pagar	-	-	265,9	-	(100%)
Impostos e contribuição a recolher	30,1	23,8	24,4	26,3%	(2,5%)

Remuneração e obrigações sociais	19,4	11,7	1,5	65,4%	680,0%
Contas a pagar - Partes Relacionadas	-	0,1	0,5	(90,8%)	(80,0%)
Empréstimos e financiamentos	0,2	-	52,0	100%	(100,0%)
Provisão para pesquisa e desenvolvimento	8,6	9,0	6,0	(4,9%)	50,0%
Outros	15,2	12,7	18,4	21,0%	(31,1%)
Não Circulante	396,6	116,5	158,6	240,5%	(26,5%)
Empréstimos e financiamentos	167,7	-	51,6	100%	(100,0%)
Provisão para abandono	228,9	116,5	107,0	96,5%	8,8%
Patrimônio Líquido	2.409,1	2.227,8	2.175,8	8,1%	2,4%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.039,3	2.434,0	2.729,7	24,9,0%	(10,8%)

ΔH – Análise Horizontal – percentual resultante da comparação entre os períodos

Caixa (Equivalentes de Caixa, Aplicações Financeiras e Caixa Restrito)

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de caixa (equivalentes de caixa, aplicações financeiras e caixa restrito) foi de R\$1.010,0 milhão apresentando um aumento em relação aos níveis registrados em 31 de dezembro de 2012, no valor de R\$33,5 milhões. Esse aumento reflete o caixa proveniente dos créditos da FINEP, no valor de R\$169,3 milhões, com objetivo de financiar especialmente o Sistema de Produção Antecipada do Campo de Atlanta.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de caixa (equivalentes de caixa, aplicações financeiras e caixa restrito) foi de R\$976,4 milhões, apresentando uma redução significativa em relação aos níveis registrados em 31 de dezembro de 2011, no valor de R\$237,0 milhões. Essa redução deu-se, principalmente, em função do pré-pagamento dos financiamentos concedidos pelo BNDES e BNB, ocorrido durante o segundo trimestre de 2012, conforme informado no item "f" acima, contraídos para o desenvolvimento do Campo de Manati, no montante de R\$106,2 milhões.

Conforme referido acima, em 31 de dezembro de 2011, o saldo de caixa da Companhia foi de R\$1.213,5 milhões, apresentando um aumento significativo de 389,7% em relação aos níveis registrados em 31 de dezembro de 2010, que foi de R\$247,8 milhões. Esse aumento expressivo se deu, basicamente, em função do sucesso do IPO da Companhia, que captou aproximadamente R\$1,5 bilhão para financiar as atividades de exploração existentes e a expansão de seu portfólio de ativos. Além disso, o caixa restrito foi reduzido no montante de R\$60,0 milhões, em função da antecipação de 33 parcelas referentes ao financiamento junto ao BNB.

Impostos e contribuição a recuperar

Os impostos e contribuições a recuperar totais (circulante e não circulante) atingiram R\$10,7 milhões em 31 de dezembro de 2013, contra R\$36,1 milhões em 31 de dezembro de 2012, representando uma redução de 70,4%. Este valor refere-se basicamente a créditos referentes ao sistema de cobrança semestral do imposto de renda sobre a rentabilidade das carteiras, denominado "come cotas". A retenção desse imposto é calculada tomando como base a menor alíquota de cada tipo de fundo (alíquota de 20% para os fundos de curto prazo e de 15% para os fundos de longo prazo).

Os impostos e contribuições a recuperar totais (circulante e não circulante) atingiram R\$36,1 milhões em 31 de dezembro de 2012, contra R\$20,9 milhões em 31 de dezembro de 2011, representando um aumento de 72,8%. Este valor refere-se basicamente a créditos referentes ao sistema de cobrança semestral do imposto de renda sobre a rentabilidade das carteiras, denominado "come cotas". A retenção desse imposto é calculada tomando como base a menor alíquota de cada tipo de fundo (alíquota de 20% para os fundos de curto prazo e de 15% para os fundos de longo prazo).

Conforme referido acima, os impostos e contribuições a recuperar totais atingiram R\$20,9 milhões em 31 de dezembro de 2011, contra R\$1,4 milhão em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de 1.392,9%. Este valor refere-se, basicamente, a créditos relativos ao sistema de cobrança semestral do imposto de renda sobre a rentabilidade das carteiras, denominado "come cotas". A retenção desse imposto é calculada tomando como base a menor alíquota de cada tipo de fundo (alíquota de 20% para os fundos de curto prazo e de 15% para os fundos de longo prazo).

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2013, o imobilizado totalizou R\$1.083,5 milhões, comparado com um saldo de R\$773,2 milhões em 31 de dezembro de 2012, representando um aumento de 40,1%. Esta variação refere-se basicamente a: (i) adições do bloco exploratório BM-J-2, no montante de R\$197,7 milhões; (ii) adições ao bloco em desenvolvimento BS-4 no montante de R\$89,3 milhões; (iii) baixa no montante de R\$40,7 milhões referente à devolução à ANP do bloco BM-S-12 no primeiro trimestre de 2014 e dos poços Bem te vi e do poço de extensão de Carcará, ambos localizados no Bloco BM-S-8, nos montantes de R\$0,3 milhões e R\$3,0 milhões, respectivamente (iv) baixa no montante de R\$0,3 milhões referente à devolução à ANP da área de Bem-Te-Vi no Bloco BM-S-8 no terceiro trimestre de 2013.

Em 31 de dezembro de 2012, o imobilizado totalizou R\$773,2 milhões, comparado com um saldo de R\$869,4 milhões em 31 de dezembro de 2011, representando uma redução de 11,1%. Esta variação refere-se basicamente a adições referentes ao BM-S-8 e ao BM-S-12 nos montantes de R\$53,4 milhões e R\$26,1 milhões, respectivamente, que incluem gastos com serviços de perfuração, e as baixas referentes ao poço Ilha do Macuco (Bloco BM-S-12) no montante de R\$81,5 milhões, bem como ao prospecto Jequitibá (BM-CAL-5) no montante de R\$36,6 milhões.

Em 31 de dezembro de 2011, o imobilizado totalizou R\$869,4 milhões, comparado com um saldo de R\$713,7 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de 21,8%. Esta variação refere-se basicamente a: (i) adições do bloco exploratório BM-J-2, no montante de R\$112,2 milhões, e adições do bloco exploratório BM-S-12, no montante de R\$52,4 milhões, que incluem gastos com serviços de perfuração, logística e materiais; e (ii) baixas no montante de R\$11,7 milhões, referentes ao bloco BMS-76 devolvido à ANP no segundo trimestre de 2011.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2013, o intangível totalizou R\$631,3 milhões, comparado com R\$536,1 milhões em 31 de dezembro de 2012, representando um aumento de 17,8%.

Essa variação é decorrência da participação da controlada Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. na 11ª Rodada de Licitações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) em 13 de maio de 2013, na qual adquiriu participação em 8 blocos exploratórios. A QGEP desembolsou R\$94,9 milhões em bônus de assinatura pela participação nos 8 blocos exploratórios, sendo o operador em 5 concessões.

Em 31 de dezembro de 2012, o intangível totalizou R\$536,1 milhões, comparado com R\$535,2 milhões em 31 de dezembro de 2011, representando um aumento de 0,2%. Essa variação decorre do fato de, durante o ano de 2012, a Companhia ter adquirido novos softwares para sua operação.

Conforme referido acima, em 31 de dezembro de 2011, o intangível totalizou R\$535,2 milhões, comparado com R\$5,8 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de 9.127,6%. Essa variação decorreu do fato de, durante o ano de 2011, a controlada QGEP ter assinado contrato de compra e venda de direitos de concessão para a aquisição de 10% de participação no Bloco BM-S-8 e de 30% de participação no Bloco BS-4, localizados *offshore* da Bacia de Santos, nos valores de US\$175,0 milhões e US\$157,5 milhões, respectivamente. A transferência dos direitos de concessão para a QGEP, em relação ao Bloco BM-S-8, foi aprovada pela ANP em dezembro de 2011, enquanto que a transferência dos direitos de concessão e operação do Bloco BS-4 foi aprovada em fevereiro de 2012.

Fornecedores

A Companhia possuía um saldo de contas a pagar a fornecedores em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro 2011, respectivamente, de R\$160,2 milhões, R\$32,5 milhões e R\$26,6 milhões. O aumento na conta de fornecedores ocorreu devido ao início das operações do Campo de Atlanta localizado no Bloco BS-4 e perfuração no Bloco BM-J-2.

Contas a Pagar

A Companhia não possuía saldo de contas a pagar em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012. Em 31 de dezembro de 2011, as contas a pagar somaram R\$265,9 milhões, em função da provisão para pagamento do saldo remanescente (90% do preço de aquisição) do contrato de compra e venda para aquisição de 30% de participação no Bloco BS-4. Esse montante foi

liquidado em 02 de março de 2012.

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de empréstimos e financiamentos era R\$169,3 milhões. A Companhia contraiu em 12 de setembro de 2013 um financiamento de R\$266,1 milhões com a FINEP. O endividamento se refere a recursos tomados do financiamento total de R\$ 266,1 milhões obtidos da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) para dar suporte ao desenvolvimento do SPA do campo de Atlanta. O financiamento aprovado pela FINEP é composto por duas linhas de crédito, uma à taxa fixa e outra à taxa flutuante. Atualmente, ambas têm taxa de juros equivalente a 3,5%, com período de carência de três anos e prazo de pagamento de sete anos.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de empréstimos e financiamentos era zero devido à amortização da totalidade dos financiamentos junto ao BNB e ao BNDES.

Em 31 de dezembro de 2011, a dívida total da Companhia era de R\$103,6 milhões (resultante da soma de R\$52,0 milhões do passivo circulante e de R\$51,6 milhões do passivo não-circulante), comparado com R\$265,0 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando uma queda de 60,9%. Isso ocorreu, principalmente, devido à amortização da totalidade do financiamento junto ao IFC, no montante de R\$23,9 milhões, e a antecipação de 33 parcelas referentes ao financiamento junto ao BNB, no montante total de R\$60,0 milhões.

Provisão para garantia de devolução de blocos

Em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, a provisão para garantia de devolução de blocos era zero.

Principais Alterações no Fluxo de Caixa Consolidado

A tabela a seguir apresenta os valores relativos às principais alterações no fluxo de caixa consolidado nas datas indicadas:

Demonstração do Fluxo de Caixa (R\$ milhões)						
	2013	2012	2011	%Variação 2013/2012	%Variação 2012/2011	%Variação 2011/2010
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	376,4	254,3	194,2	48,0%	30,9%	115,5%
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(1.036,2)	(262,9)	(607,3)	294,1%	(56,7%)	664,8%
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	144,0	(142,0)	1.297,8	(201,4%)	(110,9%)	925,9%

Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais

Em 2013, o caixa líquido gerado por nossas atividades operacionais aumentou em R\$122,1 milhões, o que equivale a 48,0% comparado com o ano anterior, passando de R\$254,3 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$443,4 milhões em 31 de dezembro de 2013. Este aumento ocorreu principalmente pelo aumento de R\$109,8 milhões no lucro líquido da Companhia durante o exercício em questão.

Em 2012, houve um aumento de R\$60,1 milhões, o que equivale a 30,9% comparado ao ano anterior, passando de R\$194,2 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$254,3 milhões em 31 de dezembro de 2012. Este aumento ocorreu, principalmente, pelo aumento dos custos exploratórios, explicado pelas variações nos resultados dos dois períodos mencionados no item "Principais Alterações nas Demonstrações de Resultado" acima.

Em relação ao biênio 2010/2011, o aumento foi de R\$104,1 milhões, passando de R\$90,1 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$194,2 milhões em 31 de dezembro de 2011, conforme acima referido, representando um aumento de 115,5%. Este aumento é justificado, principalmente, pelo aumento de R\$56,5 milhões no lucro líquido da Companhia durante o período em questão.

Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento

No biênio 2012/2013, nosso caixa líquido aplicado nas atividades de investimento aumentou em R\$773,3 milhões, equivalente a 294,1% comparado ao ano anterior, passando de R\$262,9 milhões

em 31 de dezembro de 2012 para R\$1.036,2 milhões em 31 de dezembro de 2013. Este aumento decorreu, principalmente, das aquisições de participação em oito blocos exploratórios na 11ª rodada de licitação da ANP no montante de R\$94,9, ocorridas em maio de 2013 e adições de imobilizado no Bloco BM-J-2.

Em relação ao biênio 2011/2012, nosso caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi reduzido em R\$344,4 milhões, equivalente a 55,6%, passando de R\$607,3 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$262,9 milhões em 31 de dezembro de 2012. Esta redução ocorreu, principalmente, devido à amortização da totalidade dos financiamentos junto ao BNB e ao BNDES no montante de R\$106,2 milhões e dos gastos exploratórios do poço seco Ilha do Macuco (R\$81,513 baixados do imobilizado e R\$44.045 contabilizados diretamente no resultado) e do prospecto Jequitibá (R\$36.557 baixados do imobilizado e R\$619 contabilizados diretamente no resultado), localizados nos blocos BM-S-12 e BM-CAL-5, respectivamente, por não terem apresentado zonas potencialmente produtoras.

Em relação ao biênio 2010/2011, o aumento foi de R\$527,9 milhões, passando de R\$79,4 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$607,3 milhões em 31 de dezembro de 2011, conforme acima referido, representando um aumento de 664,86%. Este aumento decorreu, principalmente, das aquisições de participação em dois blocos exploratórios, ocorridas em 2011. Além disso, os custos exploratórios em 2011, relativos à perfuração, foram superiores em relação a 2010.

Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamento

Em 2013, nosso caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento teve um acréscimo de R\$286,0 milhões, passando de um débito de R\$142 milhões em 31 de dezembro de 2012 para um crédito de R\$144,0 milhões em 31 de dezembro de 2013, um aumento equivalente a 201,4%. Esta variação deveu-se, principalmente, pela captação de empréstimo na FINEP no montante de R\$266,1 milhões, porém, o valor liberado em 2013 foi de R\$169,3 milhões.

Em 2012, nosso caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento foi reduzido em R\$1.155,8 milhões, passando de R\$1.297,8 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$142,0 milhões em 31 de dezembro de 2012, uma redução equivalente a 110,9%. Esta redução ocorreu principalmente devido a amortização da totalidade dos financiamentos junto ao BNB e ao BNDES.

Em 2011, nosso caixa líquido gerado nas atividades de financiamento aumentou R\$1.171,3 milhões, passando de um caixa líquido aplicado de R\$126,5 milhões em 31 de dezembro de 2010 para um caixa líquido gerado de R\$1.297,8 milhões em 31 de dezembro de 2011, conforme acima referido, representando um aumento de 925,9%. Esta variação deveu-se, principalmente, pelo aumento de capital líquido dos custos com emissões de ações de R\$57,4, no montante de R\$1.457,7 milhões.

10.2. Resultado operacional e financeiro

a) Resultado das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Em 2013, nossas receitas foram originárias da produção e comercialização de hidrocarbonetos, sendo 95% da venda de gás e 5% da venda de condensado do Campo de Manati. O gás natural produzido no Campo de Manati é vendido em sua totalidade para a Petrobras, nos termos de um contrato de longo prazo, enquanto o condensado produzido naquele campo é vendido para a Dax Oil Refino S.A. (Dax Oil).

Em 2012, nossas receitas foram originárias da produção e comercialização de hidrocarbonetos, sendo 95% da venda de gás e 5% da venda de condensado do Campo de Manati. Todo gás natural produzido no Campo de Manati é vendido para a Petrobras, nos termos de um contrato de longo prazo, enquanto o condensado produzido naquele campo é vendido para a Dax Oil.

Em 2011, nossas receitas foram originárias da produção e comercialização de hidrocarbonetos, sendo 96% da venda de gás e 4% da venda de condensado do Campo de Manati. Todo gás natural produzido no Campo de Manati é vendido para a Petrobras, nos termos de um contrato de longo prazo, enquanto o condensado produzido naquele campo é vendido para a Dax Oil.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Não identificamos fatores que afetaram materialmente os nossos resultados operacionais em 31 de dezembro de 2013, tampouco os resultados operacionais relativos ao exercício social de 2012 e 2011.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Alterações de preços e volumes

A nossa receita operacional é preponderantemente proveniente da venda *take-or-pay* de gás natural produzido no Campo de Manati para a Petrobras, com base em um contrato de longo prazo. O preço de gás é denominado em Reais e reajustado em bases anuais de acordo com índice contratual atrelado a inflação.

Adicionalmente, temos um contrato com a Dax Oil para a venda de condensado, cujo preço está indexado a cotação do petróleo (Brent) no mercado internacional.

Além das variações decorrentes dos preços fixados acima descritas, nossa receita operacional também é diretamente afetada por alterações de volumes de gás natural e condensado do vendidos.

Alterações de taxas de câmbio

A maior parte das nossas receitas é denominada em Reais, assim como a maior parte dos custos de produtos vendidos. No entanto, parte dos nossos investimentos em exploração e desenvolvimento é atrelada ao Dólar norte-americano e, por esta razão, um aumento de nossa atividade exploratória ou desenvolvimento de campos poderá aumentar nossa exposição às variações na taxa de câmbio.

Com relação aos nossos empréstimos e financiamentos, procuramos compatibilizar a moeda em que os recursos são tomados com a receita de nossos projetos. Nesse sentido, nossos investimentos no desenvolvimento do Campo de Manati foram custeados por financiamentos em Reais, uma vez que as receitas provenientes desse campo são denominadas em moeda nacional.

Nossos investimentos no Sistema de Produção Antecipada do Campo de Atlanta, também estão suportados por um financiamento com a FINEP em Reais, através de uma linha específica com uma taxa de juros de 3,5% a.a. e com uma garantia corporativa da Companhia. Para investimentos no Sistema Definitivo, a Companhia está avaliando novas linhas de crédito em Dólar norte-americano de forma a compatibilizar com a geração de caixa futura do projeto.

Como os investimentos na indústria de óleo e gás são diretamente atrelados ao dólar, a QGEPP, seguindo sua Política de Gestão de Risco de Mercado, protege parte de seu caixa das variações da taxa de cambio por meio hedge natural (caixa offshore em dólares), aplicação em fundo cambial exclusivo e, para hedge de contratos pontuais, contratação de instrumentos derivativos (Futuro, NDF ou Opção).

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

A situação financeira da Companhia e o resultado de nossas operações são influenciados pelo cenário macroeconômico brasileiro e pela variação de preços dos principais insumos e produtos, especialmente do petróleo, do câmbio e da taxa de juros.

A inflação e as taxas de juros de referência podem influenciar os nossos resultados, na medida em que podem gerar maior ou menor disponibilidade de renda, reduzir ou expandir a atividade econômica, ou afetar o volume de investimentos na economia.

Inflação

A variação dos índices de inflação afeta as nossas receitas e despesas, tendo em vista que o contrato de venda de gás natural proveniente do Campo de Manati celebrado com a Petrobras, assim como os contratos com nossos prestadores de serviços, são reajustados por índices atrelados à inflação. Os insumos que utilizamos podem sofrer também pressão inflacionária.

Taxas de juros

Uma parte do subcrédito da FINEP é prefixada e outra parte é atrelada a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), ficando a Companhia exposta a variações desta taxa. Adicionalmente, as variações das taxas de juros do mercado local e internacional poderiam afetar a liquidez e, consequentemente, influenciar a alavancagem futura da Companhia e sua facilidade em obter recursos junto às instituições financeiras.

Cabe ressaltar que, em geral, não utilizamos derivativos, tais como *swaps* tradicionais, com o propósito de anular oscilações da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) perante estas captações de recursos em instituições financeiras brasileiras.

A tabela de sensibilidade a seguir, com informações de 31 de dezembro de 2013, diz respeito a uma variação eventual de receitas ou despesas associadas às operações e cenários estimados, sem considerar seus valores de mercado.

Análise de sensibilidade para a taxa de juros

Operação	Saldo em 31.12.2013	Risco	Cenário provável (a)	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Taxa efetiva em 31 de dezembro de 2013			9,77%	9,77%	9,77%
Equivalente de caixa e aplicações financeiras	969.064	Redução do CDI	969.064	969.064	969.064
Taxa anual estimada do CDI para 31 de dezembro de 2014			10,97%	8,23%	5,49%
Equivalente de caixa e aplicações financeiras -cenário de sensibilidade		Redução do CDI	1.075.370	1.045.878	1.016.386
Efeito no resultado e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014:					
Receita financeira estimada			106.306	76.814	47.322
Efeito estimado na receita de aplicações financeiras para o período de 12 meses subseqüentes (redução)			-	(29.242)	(58.984)

(a) Cenário provável da taxa de juros CDI para o período de um ano em 31 de dezembro de 2014, de acordo com o relatório Focus em 14 de fevereiro de 2014, emitido pelo Banco Central do Brasil.

Operação	Saldo em 31.12.2013	Risco	Cenário Provável (a)	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Taxa efetiva em 31 de dezembro de 2013			9,77%	9,77%	9,77%
Caixa restrito:	4.167	Redução do CDI	4.167	4.167	4.167
Taxa anual estimada do CDI para 31 de dezembro de 2014			10,97%	8,23%	5,49%
Caixa restrito:	4.167	Redução do CDI	4.624	4.497	4.370
Efeito no resultado e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014:					
Receita financeira estimada			457	330	203
Efeito estimado na receita de aplicações financeiras para o período de 12 meses subsequentes (redução):			-	(127)	(254)

Operação	Saldo em 31.12.2013	Risco	Cenário Provável (a)	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Taxa efetiva em 31 de dezembro de 2013			5,00%	5,00%	5,00%
Empréstimos e financiamentos:					
FINEP	169.563	Alta da TJLP	169.563	169.563	169.563
Empréstimos e financiamentos:					
Taxa estimada da TJLP para 31 de março de 2014		Alta da TJLP	5,00%	6,25%	7,50%
Receita Despesa estimada para o período de 12 meses subsequentes			178.041	180.267	182.492
Empréstimos e financiamentos-estimado			8.478	10.704	12.929
Efeito estimado nas despesas nos de empréstimos e financiamentos para o período de 12 meses subsequentes:				2.226	4.451

Taxa de Câmbio

Nossa exposição ao risco cambial está atrelada a provisão de abandono dos poços perfurados, bem como aos investimentos, principalmente exploratórios, que são parcialmente indexados ao Dólar norte-americano.

Em função da maior parcela do nosso caixa estar aplicada em Reais, somos beneficiados pela valorização do Real perante o Dólar norte-americano na medida em que a apreciação da moeda nacional gera um ganho cambial sobre nossa provisão de abandono dos poços indexada ao Dólar norte-americano. Nesse sentido, uma depreciação do Real perante o Dólar norte-americano gera uma perda cambial sobre nossa provisão para abandono de poços. Esse é um impacto com efeito não caixa até que se materialize o abandono dos poços ao final da produção dos Campos.

A expansão de nossas atividades resultará em um aumento de nossa exposição à moeda estrangeira, à medida o Dólar norte-americano representa moeda padrão do mercado internacional de petróleo e gás. Esta exposição poderá ser mitigada por instrumentos de *hedge* financeiros a serem eventualmente contratados pela Companhia, e pelo *hedge* natural, decorrente do fato de o valor das reservas de petróleo serem vinculadas ao Dólar norte-americano.

Em 21 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração aprovou a Política de Gestão de Risco de Mercado da Companhia, cujo objetivo é formalizar as medidas elegíveis de mitigação de nossa exposição e de nossas controladas aos riscos de mercado não inerentes à atividade de exploração e produção de óleo e gás. Tal política determina condições e limites para o uso de instrumentos derivativos, como Futuro, NDF (*non-deliverable forward*), Opções, aplicações em fundos cambiais e caixa em dólar, que poderão ser contratados somente com o objetivo de

hedge (proteção).

A tabela de sensibilidade abaixo diz respeito a uma valorização do dólar em relação ao Real e o impacto sobre o instrumento financeiro derivativo contratado pela Companhia e transações indexadas em dólar norte - americano.

	Consolidado 31/12/2013				
	Risco	Cenário provável (a)		Cenário	
		Saldo em USD	Saldo em R\$	Possível (25%)	Remoto (50%)
Dólar efetivo em 31 de dezembro de 2013			2,3426	2,3426	2,3426
<u>Operação</u>					
Fundo cambial – ativo	Baixa do US\$	68.065	159.449	159.449	159.449
Provisão para abandono – passivo	Alta do US\$	97.709	228.894	228.894	228.894
Taxa anual estimada do dólar para 31 de dezembro de 2014			2,45	3,06	3,68
Efeito líquido, passivo	Alta do US\$	29.644	72.629	90.786	108.943
Efeito no resultado e patrimônio líquido de cada incremento na valorização do USD em relação ao real:					
Resultado líquido estimado para o período de 12 meses subsequentes			(3.184)	(21.341)	(39.498)
Efeito líquido estimado no resultado financeiro para o período de 12 meses subsequentes			-	(18.157)	(36.314)

(a) Cenário provável da taxa de câmbio (US\$) para o período de um ano em 31 de dezembro de 2014, de acordo com o relatório Focus em 14 de fevereiro de 2014, emitido pelo Banco Central do Brasil.

10.3. Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Atuamos somente no segmento de exploração e produção de petróleo e gás natural, ou E&P. Desde nossa constituição, não houve introdução ou alienação de segmento operacional em nossas atividades.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

No dia 02 de setembro de 2010, nossos acionistas aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária um aumento de capital social, integralizado pela QGOG, mediante o aporte da totalidade das ações emitidas pela QGEP, que passou assim a ser nossa subsidiária integral.

Em 10 de outubro de 2012, nossa subsidiária integral QGEP incorporou a Manati S.A., a qual, conseqüentemente, foi extinta.

Exceção feita a estes dois eventos, não constituímos, adquirimos ou alienamos qualquer outra participação societária relevante durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012, que tenha causado ou que se espera que venha a causar efeito relevantes nas demonstrações financeiras ou resultados da nossa Companhia.

Atlanta Field B.V ("AFBV") foi constituída pela QGEP, em 2 de novembro de 2012. Em 12 de fevereiro de 2013, a QGEP vendeu a totalidade de sua participação na AFBV para a QGEP Netherlands B.V. ("QGEP Netherlands").

A QGEP Netherlands foi constituída em 31 de janeiro de 2013, com sede na cidade de Roterdã, na Holanda, controlada integral da QGEP com o capital social de US\$1. QGEP Netherlands é uma companhia holandesa e tem como objeto social incorporar, gerenciar e supervisionar empresas; realizar todos os tipos de atividades industriais e comerciais; bem como todas e quaisquer coisas que estejam relacionadas às atividades descritas.

Em 21 de fevereiro de 2013, OGX Netherlands Holding B.V, e FR Barra 1 S.à r.l., em função da parceria com a QGEP na concessão do Bloco BS-4, ingressaram na estrutura da AFBV, passando a deter 40% e 30%, respectivamente, de participação na AFBV. A QGEP Netherlands nesta mesma data passou a deter participação de 30% na AFBV.

Em 3 de outubro de 2013, foi constituída a QGEP Internacional GmbH ("QGEP International"), com sede na cidade de Viena, Áustria, subsidiária integral da QGEP, com o capital social integralizado de EUR35.000. A QGEP International tem como objeto social aquisição de empresas na Áustria e exterior, constituição e gestão de empresas subsidiárias na Áustria e exterior e gestão de seus ativos.

c) Eventos ou operações não usuais

Em 30 de novembro de 2011, a ANP aprovou a transferência dos direitos na concessão de 10% de participação anteriormente detida pela Shell Brasil Petróleo Ltda. no Bloco BM-S-8 para a nossa controlada QGEP. O valor da transação foi de US\$175 milhões.

Em 08 de fevereiro de 2012, a ANP aprovou a transferência de 15% dos direitos de concessão do Campo de Coral para a QGEP. Os demais membros do consórcio são a Petrobras (35%), a Rio das Contas Produtora de Petróleo Ltda. (pertencente à Panoro Energy Corp. ASA) (35%) e a Brasoil Coral Exploração Petrolífera S.A. (15%).

Em 16 de fevereiro de 2012, a ANP aprovou a transferência dos direitos na concessão de 30% de participação anteriormente detida pela Shell Brasil Petróleo Ltda. no Bloco BS-4 para a nossa controlada QGEP. A QGEP passou a deter 30% de referido bloco e também assumiu, na qualidade de sucessora da Shell Brasil Petróleo Ltda., a operação do bloco. O valor da transação foi de US\$157,5 milhões.

Em 10 de outubro de 2012, a QGEP firmou um acordo com a Petrobras para a aquisição de 30% de participação na concessão BM-C-27, relativos à parcela da área do Contrato de Concessão nº 48610.009500/2003 correspondente à área do Plano de Avaliação de Descoberta do poço 1-BRSA-921-RJS, denominado informalmente de prospecto Guanabara, originário dos Blocos C-M-122, C-M-145 e C-M-146. A Companhia ainda espera a aprovação da ANP e demais órgãos competentes para a transferência da Concessão.

Ademais, em 14 de maio de 2013, a Companhia adquiriu participação em 8 blocos na 11ª Rodada de Licitações da ANP e desembolsou R\$94,9 milhões em bônus de assinatura pela participação nos blocos exploratórios em questão. Como parte do compromisso assumido com a ANP, a QGEP arcará com a aquisição de dados sísmicos com a finalidade de avaliar o potencial exploratório destes blocos com investimento líquido estimado em, aproximadamente, US\$46 milhões nos próximos dois anos. Além disso, quatro poços exploratórios deverão ser perfurados nos blocos adquiridos, os quais terão um custo para a QGEP de US\$200 milhões.

10.4. Mudanças significativas nas práticas contábeis – ressalvas com ênfase no parecer do auditor

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Elaboramos nossas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), as quais são consistentes com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC, emitidos e aprovados por resoluções do CFC, e de acordo com normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Não ocorreram mudanças significativas em nossas práticas contábeis.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não ocorreram mudanças significativas em nossas práticas contábeis.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

As nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, de acordo com as normas brasileiras de auditoria, cujos pareceres de auditoria não apresentaram ressalvas, apresentando somente parágrafos de ênfases conforme abaixo indicado.

2013

Diferenças de Práticas Contábeis entre a legislação brasileira e o IFRS. As Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 e as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. O parecer do auditor independente foi emitido sem ressalvas com relação a este assunto.

A administração da Companhia entende que a utilização do método de equivalência patrimonial segue os princípios contábeis adotados no Brasil e está amparado pela legislação societária e contábil vigente.

2012

Diferenças de Práticas Contábeis entre a legislação brasileira e o IFRS. Conforme descrito na Nota Explicativa 2 das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. O parecer do auditor independente foi emitido sem ressalvas com relação a este assunto.

A administração da Companhia entende que a utilização do método de equivalência patrimonial segue os princípios contábeis adotados no Brasil e está amparado pela legislação societária e contábil vigente.

Transferência de Contrato de Concessão. Conforme mencionado na Nota Explicativa 1, até a presente data, a transferência do contrato de concessão de exploração de petróleo e gás natural da Companhia Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras") referente aos blocos C-M-122, C-M-145 e C-M-146 (parte da concessão do BM-C-27) para a Companhia ainda depende da anuência da ANP.

A administração da Companhia acredita que todos os requisitos necessários para a aprovação pela ANP da transferência dos referidos blocos foram atendidos e aguarda decisão neste sentido.

2011

Diferenças de Práticas Contábeis entre a legislação brasileira e o IFRS. Conforme descrito na Nota Explicativa 2 das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da QGEP essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. O parecer do auditor independente foi emitido sem ressalvas com relação a este assunto.

A administração da Companhia entende que a utilização do método de equivalência patrimonial segue os princípios contábeis adotados no Brasil e está amparado pela legislação societária e contábil vigente.

Transferência de Contratos de Concessão. Conforme mencionado na Nota Explicativa 29, em 08 de fevereiro de 2012 a ANP aprovou a transferência dos direitos de concessão do Campo de Coral da Companhia BS-3 S.A. para QGEP e, em 16 de fevereiro de 2012, a ANP aprovou a transferência do contrato de concessão de exploração da Companhia Shell Brasil Petróleo Ltda. referente ao bloco BS-4, para a QGEP.

Para a administração da Companhia tais transferências seriam importantes para agregar estas áreas às existentes ao nosso portfólio.

10.5. Políticas contábeis críticas

Nossa administração entende que adota as políticas contábeis condizentes com as melhores práticas de mercado e com a indústria de exploração e produção de petróleo e gás. Nossas políticas contábeis são definidas e adotadas com o propósito de prover os investidores com informações úteis na tomada de decisão de investimento na Companhia. Para isso, visam representar as nossas transações com neutralidade, prudência e integridade e consideram as seguintes características qualitativas: compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade.

Ademais, a preparação das demonstrações financeiras se baseia em estimativas e julgamentos para o registro de certas operações que afetam os ativos e passivos da Companhia e que não são facilmente obtidos de outras fontes. Nesses casos, as estimativas e respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir de tais estimativas, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

As principais estimativas utilizadas referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas, depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível, premissas para determinação da provisão para abandono de poços e desmantelamento de áreas, expectativa de realização dos créditos tributários e demais ativos, provisão para o imposto de renda e contribuição social, avaliação de instrumentos financeiros e determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, entre eles os ativos financeiros mantidos até o vencimento.

Segue abaixo um resumo das principais políticas contábeis críticas da Companhia, assim entendidas como aquelas que, se alteradas, acarretariam alteração contábil relevante:

Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

Estoques

Representados por ativos adquiridos de terceiros, na forma de materiais e suprimentos a serem utilizados na campanha de perfuração exploratória e de desenvolvimento. Uma vez utilizados, esses materiais são reclassificados de estoque para imobilizado. Os estoques de materiais são registrados ao custo de aquisição e ajustados, quando aplicável, ao valor de realização.

Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos e passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, respectivamente, e contemplam as variações monetárias ou cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, quando aplicável, reconhecidos em base pro rata temporis até a data do balanço.

Gastos exploratórios, de desenvolvimento e de produção de petróleo e gás

Para os gastos com exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás, a Companhia e sua controlada QGEP, para fins das práticas contábeis adotadas no Brasil, utilizam critérios contábeis alinhados com as normas internacionais IFRS 6 - *Exploration for and evaluation of mineral resources*.

Os gastos relevantes com manutenções das unidades de produção, que incluem peças de reposição, serviços de montagem, entre outros, são registrados no imobilizado, se os critérios de reconhecimento do IAS 16 (CPC 27) forem atendidos. Essas manutenções ocorrem, em média, a cada cinco anos e seus gastos são depreciados até o início da parada seguinte e registrados como custo de produção.

O IFRS 6 permite que a Administração defina sua política contábil para reconhecimento de ativos exploratórios na exploração de reservas minerais. A Administração definiu sua política contábil para

exploração e avaliação de reservas minerais considerando critérios que no seu melhor julgamento representam os aspectos do seu ambiente de negócios e que refletem de maneira mais adequada as suas posições patrimonial e financeira. Os principais critérios contábeis adotados são:

- Direitos de concessão exploratória e bônus de assinatura são registrados como ativo intangível;
- Os gastos com perfuração de poços onde as avaliações de viabilidade, não foram concluídas, permanecem capitalizados no imobilizado até a sua conclusão. Gastos de perfuração de poços exploratórios bem-sucedidos, vinculados às reservas economicamente viáveis, são capitalizados, enquanto os determinados como não viáveis (*dryhole*) são registrados diretamente na demonstração de resultado na conta de custos exploratórios para a extração de petróleo e gás.
- Outros gastos exploratórios que não relacionados ao bônus de assinatura são registrados na demonstração do resultado em custos exploratórios para a extração de petróleo e gás (custos relacionados com aquisição, processamento e interpretação de dados sísmicos, planejamento da campanha de perfuração, estudos de licenciamento, gastos com ocupação e retenção de área, impacto ambiental, outros).
- Para transações de *farm-in* em que a Companhia tem efetuado contratos para suportar financeiramente gastos exploratórios do parceiro que procedeu a venda de participação nos blocos exploratórios (*Farmor*) e/ou "carrego". Esses gastos compromissados são refletidos nas demonstrações financeiras quando do respectivo progresso dos futuros gastos exploratórios.

Os ativos imobilizados representados pelos ativos de exploração, desenvolvimento e produção são registrados pelo valor de custo e amortizados pelo método de unidades produzidas que consiste na relação proporcional entre o volume anual produzido e a reserva total provada do campo produtor. As reservas provadas utilizadas para cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo externo de acordo com padrões internacional e revisado anualmente ou quando há indicação de alteração significativa. Atualmente, apenas os gastos relacionados com o campo de Manati vêm sendo amortizados, por ser o único campo em fase de produção no momento.

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição, incluindo juros e demais encargos financeiros de empréstimos e financiamentos usados na formação de ativos qualificáveis deduzidos da depreciação e amortização acumuladas.

O ganho e a perda oriundos da baixa ou alienação de um ativo imobilizado são determinados pela diferença entre a receita auferida, se aplicável, e o respectivo valor residual do ativo, e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia apresenta substancialmente, em seu ativo intangível, os gastos com aquisição de concessões exploratórias e os bônus de assinatura correspondentes às ofertas para obtenção de concessão para exploração de petróleo ou gás natural. Os mesmos são registrados pelo custo de aquisição, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de recuperação e serão amortizados pelo método de unidade produzida em relação às reservas provadas.

A Administração efetua anualmente avaliação qualitativa de seus ativos exploratórios de óleo e gás com o objetivo de identificar fatos e circunstâncias que indiquem a necessidade de *impairment*, apresentados a seguir:

- Período de concessão para exploração expirado ou a expirar em futuro próximo, não existindo expectativa de renovação da concessão;
- Gastos representativos para exploração e avaliação de recursos minerais em determinada área/bloco não orçados ou planejados pela Companhia ou parceiros;
- Esforços exploratórios e de avaliação de recursos minerais que não tenham gerado descobertas comercialmente viáveis e os quais a Administração tenha decidido por descontinuar em determinadas áreas/blocos específicos;
- Informações suficientes existentes e que indiquem que os custos capitalizados provavelmente não serão realizáveis mesmo com a continuidade de gastos exploratórios em determinada área/bloco que reflitam desenvolvimento futuro com sucesso, ou mesmo com

sua alienação.

A obrigação futura com desmantelamento de área de produção é registrada no momento da perfuração do poço após a declaração de comercialidade de cada campo e tão logo exista uma obrigação legal ou construtiva de desmantelamento da área e também quando exista possibilidade de mensurar os gastos com razoável segurança, como parte dos custos dos ativos relacionados (ativo imobilizado) em contrapartida à provisão para abandono, registrada no passivo, que sustenta tais gastos futuros (Nota explicativa 16). A provisão para abandono é revisada anualmente pela Administração, ajustando-se os valores ativos e passivos já contabilizados. Revisões na base de cálculo das estimativas dos gastos são reconhecidas como custo do imobilizado e as variações cambiais apuradas são alocadas diretamente no resultado do exercício.

Avaliação do valor recuperável dos ativos

De acordo com o CPC 01 ("Redução do Valor Recuperável dos Ativos"), os bens do imobilizado, intangível e, quando aplicável, outros ativos não financeiros são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

A Administração da Companhia não identificou mudanças de circunstâncias, bem como evidências de que seus ativos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, para 31 de dezembro de 2013, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros incorridos *pro rata temporis* e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data do balanço.

Provisão para processos judiciais

A provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos com expectativa de "perda provável", com base na opinião dos Administradores e assessores legais externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos. Riscos com expectativa de "perda possível" são divulgados pela Administração, mas não registrados.

Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas são reconhecidas quando da transferência da propriedade e dos riscos a terceiros.

Imposto de renda e contribuição social

Esses impostos são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras. Os impostos diferidos são reconhecidos em função das diferenças intertemporais, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicáveis, apenas quando e até o montante que possa ser considerado como de realização provável pela Administração.

Incentivos fiscais

Como estava localizada na área de abrangência da SUDENE, a nossa controlada indireta Manati, detinha o direito de redução de 75% do imposto de renda e adicionais calculados com base no lucro da exploração durante 10 anos, começando a mesma a usufruir deste benefício desde 2008. O valor correspondente ao incentivo foi contabilizado no resultado e posteriormente transferido para a reserva de lucros - incentivos fiscais, no patrimônio líquido da controlada indireta Manati até a data de sua incorporação pela QGEP. A transferência do benefício, em função da incorporação, encontra-

se em andamento junto a SUDENE. Nos termos do Decreto nº 64.214/69, a QGEP é elegível ao benefício por sucessão em virtude da incorporação de sua controlada integral Manati.

Acordos de pagamentos baseados em ações

O plano de remuneração baseado em ações para empregados, a serem liquidados com instrumentos patrimoniais, são mensurados pelo valor justo na data da outorga.

O valor justo das opções concedidas é registrado pelo método acelerado como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No final de cada exercício, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta "Plano de Opções de Ações" que registrou o benefício aos empregados.

Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia e de sua controlada QGEP. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e sua controlada QGEP forem parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (ii) investimentos mantidos até o vencimento, (iii) ativos financeiros "disponíveis para venda" e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido, por meio de norma ou prática de mercado.

1. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Incluem os ativos financeiros mantidos para negociação (ou seja, adquirido principalmente para serem vendidos no curto prazo), ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. A Companhia e sua controlada QGEP possuem equivalentes de caixa (CDB's e debêntures compromissadas e fundo de investimento exclusivo) e aplicações financeiras classificadas nesta categoria.

2. Investimentos mantidos até o vencimento

Incluem os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a obrigação contratual, intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. A Companhia e sua controlada QGEP possuem caixa restrito classificado nesta categoria.

3. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. A Companhia e sua controlada QGEP possuem contas a receber, caixa e depósitos bancários (na rubrica de equivalentes de caixa) classificados nesta categoria.

4. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir:

Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou

Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou

Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou

Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido por provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "Outros passivos financeiros". A Companhia e sua controlada QGEP não possuem passivos financeiros a valor justo.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Baixa de passivos financeiros

A Companhia e sua controlada QGEP baixam passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem.

Moeda funcional

A moeda funcional da QGEPP assim como de sua controlada brasileira QGEP, em operação, utilizada na preparação das demonstrações financeiras, é a moeda corrente do Brasil - real (R\$), sendo a que melhor reflete o ambiente econômico no qual o Grupo está inserido e a forma como é gerido. As controladas sediadas na Holanda e na Áustria e a controlada em conjunto, sediada na Holanda, utilizam o dólar norte americano (US\$) como moeda funcional.

Essa definição da moeda funcional foi baseada na análise dos seguintes indicadores, conforme descrito no pronunciamento técnico CPC 02:

Moeda que mais influencia os preços de bens e serviços

Moeda na qual são obtidos ou investidos, substancialmente, os recursos das atividades financeiras;
Moeda na qual são normalmente acumulados os valores recebidos de atividades operacionais (venda dos derivados de petróleo).

Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da controladora. Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido, na demonstração do resultado abrangente, na linha de outros resultados abrangentes.

Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua controlada QGEP e sua distribuição durante determinado período, sendo apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Demonstração do fluxo de caixa (DFC)

Esta demonstração é preparada de acordo com o CPC03 (R2) / IAS7 através do método indireto. A Companhia classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em (i) atividades operacionais; (ii) atividades de investimento; e (iii) atividades de financiamento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes e partes relacionadas, e os pagamentos aos fornecedores, pessoal, tributos e encargos financeiros. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, principalmente, aquisições e alienações de investimentos, depósitos e resgates judiciais e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos fixos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, principalmente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos e financiamentos obtidos, instrumentos financeiros derivativos e pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio.

Resultado líquido por ação

O resultado por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido pela média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluindo as ações mantidas em tesouraria no exercício.

10.6. Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras: grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A nossa Administração avalia a eficácia dos controles internos, relacionados às demonstrações financeiras, por meio de processos desenvolvidos para fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade dos relatórios financeiros e à elaboração das demonstrações financeiras, para assegurar a nossa capacidade de iniciar, autorizar, registrar, processar e divulgar informações relevantes nas demonstrações financeiras. Não foram identificadas imperfeições relevantes na execução dos controles. Durante o exercício, caso identificada quaisquer imperfeições na execução de controles, estas são corrigidas por meio da aplicação de planos de ações que venham a garantir a sua eficácia no encerramento do exercício.

b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Nossos auditores não realizaram suas auditorias com o objetivo de opinar sobre os controles internos, uma vez que o objetivo foi de emitir uma opinião sobre as nossas demonstrações financeiras. No entanto, no contexto de suas auditorias nas demonstrações financeiras, nossos auditores emitiram carta de recomendações. A nossa Administração entende que os pontos de melhoria identificados não são relevantes para o nosso processo de preparação das demonstrações financeiras e está atuando na implementação dos mesmos.

10.7 Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Em 2013, 54,6% dos recursos provenientes da oferta foram utilizados. Este valor foi principalmente destinado à aquisição de participação e investimento nos Blocos BM-S-8, BS-4, bem como à aquisição dos oito blocos exploratórios na 11ª rodada de licitação da ANP.

b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Conforme destacado na seção de "Destinação de Recursos" do Prospecto Definitivo de nosso IPO, de 7 de fevereiro de 2011, os recursos captados em nosso IPO deveriam ser utilizados conforme a tabela abaixo:

Destinação	Percentual
Investimentos em Exploração e desenvolvimento no portfólio existente (não suportados pela geração de caixa do Campo de Manati)	20 a 30%
Aquisição, Exploração e desenvolvimento de novos blocos e ativos	70 a 80%

As transações efetuadas ao longo dos anos de 2011, 2012 e 2013 reforçam os compromissos assumidos pela Companhia durante o processo de IPO, já que as aquisições continuam a ser um dos elementos fundamentais de nosso plano estratégico de construir valor sustentável de longo prazo para nossos acionistas. Demonstramos nossa capacidade de expandir o portfólio de ativos de alta qualidade através das aquisições em áreas muito promissoras e emergentes para a exploração de óleo e gás no Brasil. Adicionalmente, tendo em vista que parte substancial dos recursos provenientes da oferta foi aplicada na aquisição, exploração e desenvolvimento de novos ativos, a Companhia entende que não houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos mesmos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da oferta.

c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não houve desvios na destinação dos recursos.

10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: (i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) Contratos de construção não terminada; e (v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não detém ativos e passivos que não sejam registrados nas demonstrações financeiras dos exercícios sociais de 2011, 2012 e 2013.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos exercícios sociais de 2011, 2012 e 2013.

10.9. Comentários sobre Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais de 2011, 2012 e 2013.

b) Natureza e o propósito da operação

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais de 2011, 2012 e 2013.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais de 2011, 2012 e 2013.

10.10. Plano de Negócios

a) Investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos)

i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Despesas de Capital R\$ milhões	Menos de 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
EXPLORAÇÃO	146,11	381,31	471,56	-	998,98
DESENVOLVIMENTO	225,54	39,89	-	-	265,43
Total	371,65	421,20	471,56	-	1.264,41

O quadro acima contempla investimentos exploratórios planejados para os próximos anos em poços previstos no Programa Exploratório Mínimo (PEM), investimentos no desenvolvimento do Sistema de Produção Antecipado de Atlanta aprovados pela ANP (PAD), bem como em poços em andamento e investimentos exploratórios não contingentes.

Investimentos em poços exploratórios contingentes, bem como no desenvolvimento da produção de outros blocos, não estão descritos, uma vez que estes investimentos podem estar sujeitos à confirmação de novas descobertas. Estes investimentos podem incluir estudos de reservatórios, aquisição de dados de geologia e geofísica, perfuração de poços de produção e exploração, de injeção de água, de injeção de gás, sistemas de coleta da produção, plantas de gás natural, dutos de interligação dos campos e sistemas de estocagem da produção de óleo e condensado.

ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Nosso plano de negócios e uso estimado dos recursos foram previstos com base em volumes ponderados pela chance de sucesso de cada projeto, ou seja, considerando investimentos ponderados pela chance de sucesso de cada Prospecto Exploratório.

Os recursos captados no nosso IPO realizado em 2011, juntamente com o fluxo de caixa existente do Campo de Manati, permitirão a continuidade de nossa campanha exploratória, bem como aquisição de novos ativos. Oportunamente, poderemos participar, preferencialmente com participações minoritárias, em Bacias emergentes que demonstrem a existência de prêmios consideráveis e/ou *upsides* que possam compensar os riscos destes projetos. Avaliamos, de forma contínua, oportunidades de entrada em novos ativos por meio de "farm-ins" ofertados no mercado brasileiro e na participação seletiva em novas rodadas de licitação promovidas pela ANP, sempre que estiverem alinhados com as estratégias da Companhia e apresentarem a possibilidade de retorno atraente aos nossos investimentos.

A linha de crédito tomado junto a FINEP financiará 90% dos investimentos no desenvolvimento do Sistema de Produção antecipado do Campo de Atlanta. Os 10% restantes serão investidos com recursos próprios da companhia.

Adicionalmente, podemos continuar recorrendo a fontes de recursos de terceiros, de acordo com a disponibilidade de crédito e das condições de mercado, disponíveis para campos em fase de desenvolvimento e produção ou aquisições.

iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não possuímos processo de desinvestimento de ativos em andamento. Cabe ressaltar, no entanto, que são práticas da indústria do petróleo a realização de contratos de *farm-in* e *farm-out*. Podemos, eventualmente, assinar tais tipos de contratos no futuro, caso isso represente benefícios para nossos negócios e acionistas. A assinatura destes contratos, se houver, poderá representar investimentos e desinvestimentos relevantes.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Pretendemos apresentar ofertas nos leilões futuros da ANP para a aquisição de direitos de

concessão de blocos que nossa Administração tenha definido como áreas potenciais favoráveis para as atividades de exploração e produção.

Nesse contexto, em 14 de maio de 2013, a Companhia adquiriu participação em 8 blocos exploratórios na 11ª Rodada de Licitações da ANP, sendo o operador em 5 concessões. O resultado da licitação foi homologado pela ANP em 31 de maio de 2013 e a Companhia, em 30 de agosto de 2013, assinou os contratos de concessão dos seguintes blocos: ES-M-598, ES-M-673, CE-M-661, PAMA-M-265, PAMA-M-337 e FZA-M-90. Os contratos de concessão dos blocos PEPB-M-894 e PEPB-M-896 foram assinados em 17 de setembro de 2013.

c) Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não possuímos plano de negócios relativos a novos produtos e serviços.

10.11. Outros fatores com influência relevante

Apresentamos a seguir outras informações que consideramos relevantes para a leitura e o entendimento do nosso desempenho operacional.

Assim, as seguintes informações serão incluídas neste item:

Crédito com Parceiros

Refletem gastos incorridos nas atividades de E&P que são faturados ("cash calls") ou não faturados aos parceiros ou pelos parceiros não operadores nos respectivos consórcios, ou alocados pelos parceiros operadores nos outros blocos não operados pela QGEP.

Do montante de R\$116,2 milhões registrados em 31 de dezembro de 2013 (R\$9,5 milhões em 31 de dezembro de 2012), R\$83,2 milhões referem-se a parcela do consorciado OGX e o restante de outros consorciados e consórcios (R\$33,0 milhões). Até 20 de dezembro de 2013 foram cobrados do parceiro OGX através de "cash calls" o montante de R\$73,1 milhões, os quais encontravam-se vencidos em 31 de dezembro de 2013, e foram suportados pelos 2 consorciados adimplentes em 50% cada. Em janeiro de 2014, estes valores foram ressarcidos pela OGX e integralmente quitados.

Em 26 de dezembro de 2013 foi emitido um novo "cash call" no montante de R\$26,2 milhões referentes a parcela da OGX em gastos incorridos e a incorrer pelo consórcio BS-4 cujo vencimento era 11 de janeiro de 2014. Este foi liquidado pela OGX em 21 de fevereiro de 2014 com incidência de juros.

Considerando a atual situação do parceiro OGX, a qual se encontra em recuperação judicial, a QGEP e a consorciada Barra Energia notificaram tanto a OGX como o órgão regulador ANP sobre a situação de inadimplência daquele parceiro no consórcio BS-4 durante 2013, conforme representações emitidas em novembro e dezembro de 2013, respectivamente.

Em 18 de dezembro de 2013, a diretoria da ANP solicitou que a OGX até início de março de 2014 apresente defesa comprovando sua condição adimplente no consórcio BS-4, bem como sua capacidade financeira para fazer frente às obrigações contraídas nos contratos de concessão firmados com a ANP, sob pena de cessão compulsória de seus direitos de participação. A QGEP está acompanhando referido processo administrativo.

Em paralelo as notificações apresentadas e descritas acima, as consorciadas vêm discutindo alternativas para o ressarcimento dos gastos efetuados em suporte a OGX, em bases mensais bem como, pela continuidade dos investimentos esperados pelas partes para a manutenção do projeto (Nota explicativa 1), tendo a OGX já efetuado o pagamento do primeiro "cash call" de 2014, no montante de R\$25,8 milhões relativo ao seu pro-rata. Em relação ao segundo "cash call" de 2014, a QGEP ainda não identificou o pagamento da parcela referente à OGX no montante de R\$22,6 milhões.

Anexo B

(Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício)

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

(Conforme art. 9, §1º, inciso II, da Instrução CVM 481).

Anexo 9-1-II

1. Informar o lucro líquido do exercício:

O lucro líquido da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$192.242.446,89.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarado:

A administração da Companhia propõe a destinação de R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) a título de dividendos, correspondendo a R\$0,15 por ação ordinária.

No valor acima proposto para distribuição como dividendos, estão inclusos a distribuição do dividendo obrigatório no valor de R\$1.826,30 e a distribuição adicional no montante de R\$39.998.173,70, conforme decisão em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, ocorrida em 24 de fevereiro de 2014.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:

A proposta da Administração é a distribuição do equivalente a 20,81% do lucro líquido do ano.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:

Não aplicável, dado que não foram distribuídos dividendos ou declaração de juros sobre capital próprio com base aos lucros de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarado:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

A administração propõe o pagamento de dividendos no valor de R\$0,15 para cada ação ordinária. Não haverá pagamento de juros sobre capital próprio.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital

próprio.

O pagamento dos dividendos ocorrerá em 05/05/2014. Não haverá pagamento de juros sobre capital próprio.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

Não aplicável, dado que não há incidência de atualização e juros e sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

A data da declaração de pagamento dos dividendos a ser considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento é dia 16/04/2014, data da Assembleia Geral Ordinária da Companhia. Não haverá pagamento de juros sobre capital próprio.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarado.

Não aplicável, pois não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio por parte da Companhia com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos.

Não aplicável, pois não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio por parte da Companhia com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores, em Reais. ⁽¹⁾

	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>	2010
Lucro líquido do exercício	192.242.446,89	82.468.112,40	92.137.357,70	35.594.641,18
Média ponderada de ações ordinárias	261.110.437,01	264.550.722,25	256.849.694,68	186.065.886,00
Lucro líquido por ação ordinária - básico	0,74	0,31	0,36	0,59

⁽¹⁾ Valores calculados com base nas ações em circulação em 31 de dezembro de cada ano.

O lucro líquido básico por ação ordinária é computado pela divisão do lucro líquido pela média ponderada de todas as classes de ação em circulação no exercício.

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores ⁽¹⁾, em Reais.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Total de dividendos	R\$40.000.000,00 ⁽²⁾	R\$783,45	R\$875,30	R\$33.814.909,12
Dividendos por ação ordinária	R\$0,15 ⁽³⁾	R\$0,000003	R\$0,000003	R\$0,13

⁽¹⁾ Valores calculados com base nas ações em circulação em 31 de dezembro de cada ano.

⁽²⁾ Valor proposto para deliberação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 16 de abril de 2014.

⁽³⁾ Em função da 4ª recompra de ações, aprovada na reunião de Conselho de Administração do dia 24 de fevereiro de 2014, o valor de dividendos por ação poderá sofrer uma variação em função do resultado desta recompra.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a. Identificar o montante destinado à reserva legal.

O montante destinado à reserva legal será de R\$9.612.122,34.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.

Lucro líquido do exercício	192.242.446,89
(x) Percentual destinado à Reserva Legal	5%
Destinação da Reserva Legal	<hr/> 9.612.122,34

Conforme o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos.

Não aplicável.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.

Não aplicável.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa.

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais.

Não aplicável, dado que a Companhia não possui ações preferenciais.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.

Não aplicável, dado que a Companhia não possui ações preferenciais.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto.

Nos termos do artigo 29 do Estatuto Social da Companhia, o dividendo obrigatório corresponde a 0,001% do lucro líquido do exercício.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente.

O dividendo obrigatório será integralmente pago pela Companhia.

c. Informar o montante eventualmente retido.

Não aplicável, dado que o dividendo obrigatório será integralmente pago pela Companhia.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia:

a. Informar o montante da retenção.

Não aplicável, dado que não há retenção do dividendo obrigatório pela Companhia.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da Companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos.

Não aplicável, dado que o dividendo obrigatório devido será integralmente pago.

c. Justificar a retenção dos dividendos.

Não aplicável, dado que não haverá retenção do dividendo obrigatório pela Companhia.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

a. Informar o montante destinado à reserva.

Não aplicável, dado que não haverá destinação de resultado para reserva de contingências.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa.

Não aplicável, dado que não haverá destinação de resultado para reserva de contingências.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável.

Não aplicável, dado que não haverá destinação de resultado para reserva de contingências.

d. Justificar a constituição da reserva.

Não aplicável, dado que não haverá destinação de resultado para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar.

Não aplicável, dado que não haverá destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

b. Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva.

Não aplicável, dado que não haverá destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva.

O artigo 30 do Estatuto Social da Companhia estabelece que possa ser destinada à Reserva de Investimentos a parcela do lucro líquido remanescente após a destinação do montante exigido para a reserva legal e o dividendo obrigatório. O saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar, as reservas para contingências e a reserva de incentivos fiscais, não poderá ultrapassar 100% do valor do capital social da Companhia.

b. Identificar o montante destinado à reserva.

O montante a ser destinado à Reserva de Investimento será de R\$142.630.324,55.

c. Descrever como o montante foi calculado.

Lucro Líquido do Exercício	192.242.446,89
(-) Reserva Legal	(9.612.122,34)
(-) Dividendos	(40.000.000,00)
	<hr/>
Valor da Reserva de Investimento	142.630.324,55

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

a. Identificar o montante da retenção.

Não aplicável, dado que não houve retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital.

Não aplicável, dado que não houve retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva.

Não aplicável, dado que não houve destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

b. Explicar a natureza da destinação.

Não aplicável, dado que não houve destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

Anexo C

(Informações relativas aos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência)

12.6 / 12.8. Composição e experiência profissional da Administração e do Conselho Fiscal.

Composição dos candidatos ao Conselho de Administração

Nome	Idade	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Nome	Idade	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Antônio Augusto de Queiroz Galvão	60	Pertence apenas ao Conselho de Administração	16/04/2012	2 anos
173.714.734-34	Engenheiro civil	20 - Presidente do Conselho de Administração	01/06/2012	Sim
Não exerce outros cargos ou funções				
José Luiz Alquéres	69	Pertence apenas ao Conselho de Administração	16/04/2012	2 anos
027.190.707-00	Engenheiro Civil	27 - Conselho de Administração Independente (Efetivo)	01/06/2012	Sim
Não exerce outros cargos ou funções				
Leduvy de Pina Gouvêa Filho	59	Pertence apenas ao Conselho de Administração	16/04/2012	2 anos
295.618.500-44	Engenheiro de Minas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	01/06/2012	Sim
Não exerce outros cargos ou funções				
Luiz Carlos de Lemos Costamilan	62	Pertence apenas ao Conselho de Administração	16/04/2012	2 anos
109.128.005-34	Engenheiro Mecânico	27 - Conselho de Administração Independente (Efetivo)	01/06/2012	Sim
Não exerce outros cargos ou funções				
Maurício José de Queiroz Galvão	57	Pertence apenas ao Conselho de Administração	16/04/2012	2 anos
233.110.534-00	Engenheiro Civil	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	01/06/2012	Sim
Não exerce outros cargos ou funções				
Ricardo de Queiroz Galvão	53	Pertence apenas ao Conselho de Administração	16/04/2012	2 anos
784.917.977-34	Engenheiro Civil	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	01/06/2012	Sim
Não exerce outros cargos ou funções				
José Augusto Fernandes Filho	74	Pertence apenas ao Conselho de Administração	10/05/2012	2 anos
002.819.564-72	Geólogo	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	01/06/2012	Sim
Não exerce outros cargos ou funções				

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Antônio Augusto de Queiroz Galvão - 173.714.734-34

O Sr. Antônio Augusto de Queiroz Galvão é formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Pernambuco. Além disso, fez diversos cursos, como: Engenharia de Petróleo pela Universidade do Texas, de Tecnologia de Perfuração de Poços de Petróleo pela NL Industries e de Otimização de Perfuração pela Universidade de Louisiana, dentre outros. Atualmente, o Sr. Antônio é conselheiro de diversas empresas do grupo Queiroz Galvão. Em sua vida profissional, atuou mais de 24 anos como Diretor da Queiroz Galvão Óleo e Gás S.A.

O Sr. Antônio Augusto Galvão não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

José Luiz Alquéres - 027.190.707-00

O Sr. Alquéres é Sócio-Diretor da JLA – JL Alquéres Consultores Associados Ltda., um empresa de consultoria na área de energia e investimentos em infraestrutura. Membro do Conselho Estratégico da ALCOA, Alstom Power, Rio Bravo Investimentos e SN Power. Conselheiro independente da QGEP – Queiroz Galvão Exploração e Produção. Diplomou-se em engenharia civil pela PUC-RJ em 1966. Posteriormente estudou ciências sociais no IFCS-UFRJ e fez cursos de pós-graduação no Brasil, USA e França. Foi professor da PUC-Rio, FAU-UFRJ, IBMEC e FGV. Autor e editor de livros sobre energia, urbanismo e cultura e vários artigos para revistas e jornais sobre energia, urbanismo, administração e negócios. É membro da Academia Nacional de Engenharia. Ativo no campo profissional desde 1963 como engenheiro ou diretor-gerente no Brasil e no exterior, em companhias de construção, engenharia, fabricação de equipamentos de grande porte, energia, água e transporte. Foi coordenador de dois PDMA – Plano Diretor Ambiental do Setor Elétrico. Foi Secretário Nacional de Energia em 1992. Presidiu a CERJ, Eletrobrás, Alstom do Brasil, MDU do Brasil, Light Serviços de Eletricidade S.A. Na área financeira trabalhou no BNDES, foi diretor do BNDESPAR, Banco Bozano Simonsen e membro de vários Conselhos: Banco Opportunity, Calyon-Credit Lyonnais, Signatura Lazard-Freres, Arsenal Investimentos, FIP-Pactual, Rio Bravo. Foi membro do Conselho de grandes empresas da área de energia no Brasil como: Itaipu, Furnas, Chesf, Eletrosul, Eletronuclear, Cesp, Cemig, EDP, CPFL e outras. É Vice-Presidente Honorário do World Energy Council, membro do Conselho Executivo do CEBRI-Centro Brasileiro de Relações Internacionais e conselheiro da FBDS – Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável. Ex-Presidente da ACRJ – Associação Comercial do Rio de Janeiro de 2009 a 2011. Além de suas atividades profissionais, José Luiz Alquéres tem participação ativa na área cultural e filantrópica do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, entre os quais MAM – Museu de Arte Moderna, MHN – Museu Histórico Nacional, Sociedade dos Amigos do Museu Imperial e Cruzada do

Menor. Condecorado pela França (Officier na Ordre National du Mérite), pelos Estados Unidos (Honorary Citizen of North Dakota), pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro (Medalha Pedro Ernesto) e pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Medalha Tiradentes a Título de Benemérito), é cidadão honorário de municípios do Estado do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Leduvy de Pina Gouvêa Filho - 295.618.500-44

O Sr. Leduvy Filho é formado em Engenharia de Mineração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pós-graduado em Engenharia do Petróleo pelo Centro de Treinamento da Petrobras. Possui curso em Programa de Desenvolvimento Executivo pela Universidade de Columbia, nos Estados Unidos da América. O Sr. Leduvy ocupou diversos cargos durante sua experiência profissional em óleo e gás em empresas como San Antonio, Petrobras, BG Group Plc, Tesco Corporation e Schlumberger e atualmente é o Diretor Presidente da Queiroz Galvão Óleo e Gás S.A. Além disso, possui extensa experiência internacional, incluindo trabalhos na Líbia, Venezuela, Dubai, França, Bolívia, Estados Unidos e Inglaterra. Atuou na Petrobras durante 17 anos como diretor, em várias funções gerenciais, no Brasil e no Exterior.

O Sr. Leduvy Filho não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Luiz Carlos de Lemos Costamilan - 109.128.005-34

O Sr. Luiz Costamilan é formado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e mestre em Engenharia de Petróleo pela Colorado School of Mines, Golden, Co, nos Estados Unidos da América. O Sr. Luiz Costamilan é sócio da Energia do Rio S/A, uma empresa de advisory do setor de energia (óleo e gás) desenvolvendo estratégia para clientes e identificando oportunidades de M&A ligadas a novos investimentos no Brasil. Anteriormente, Costamilan trabalhou no Grupo BG por 9 anos, onde foi presidente da British Gas Brasil e do Cone Sul. Antes de se juntar à BG, Costamilan trabalhou na Petrobras por mais de 23 anos, onde ocupou diversos cargos seniores, incluindo Gerente Geral Corporativo de Novos Empreendimentos, Diretor Executivo de E&P e Vice-presidente Executivo da Petrobras Internacional (Braspetro), e Gerente Geral de Produção de Petróleo e Gás no Espírito Santo e em Sergipe/Alagoas. Costamilan participou de Conselhos de Administração de diversas companhias no Brasil e no exterior.

O Sr. Luiz Carlos Costamilan não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Maurício José de Queiroz Galvão - 233.110.534-00

O Sr. Maurício Galvão é formado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da FESP, Recife-PE. Além disso, possui cursos, como: de solo cimento pela ABCP e em compactação pela Muller. O Sr. Maurício é conselheiro de diversas empresas, dentre elas a Queiroz Galvão Óleo e Gás S.A. e da Construtora Queiroz Galvão S.A. desde o ano de 2009. Possui mais de 35 anos de experiência profissional trabalhando para a Construtora Queiroz Galvão S.A., nos quais se destacam 19 anos como Diretor Executivo, participando obras de grande porte, tais como a construção do novo terminal de passageiros e pátio de aeronaves do Aeroporto Internacional Pinto Martins, em Fortaleza; construção do Novo Terminal de Passageiros e do estacionamento de veículos do Aeroporto Internacional dos Guararapes-Gilberto Freyre, em Recife; Duplicação das Rodovias BR-101 e 232 em Pernambuco e construção dos Metrô de Recife e Fortaleza. O Sr. Maurício Galvão não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Ricardo de Queiroz Galvão - 784.917.977-34

O Sr. Ricardo de Queiroz Galvão é formado em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia da Associação Educacional Veiga de Almeida. Além disso, é graduado pela Business School of Florida International University e cursou gerenciamento pela Broadway e Pfister. O Sr. Ricardo é Presidente da Holding Queiroz Galvão S/A e participa do conselho de diversas empresas, dentre elas a Manati S.A., desde 2005, e a Construtora Queiroz Galvão S.A., desde 2009. Possui mais de 27 anos de experiência profissional trabalhando na Construtora Queiroz Galvão S.A., no qual se destacam 11 anos como Diretor Executivo, participando de grandes obras, como o trecho oeste do Rodoanel Mario Covas entre as Rodovias Régis Bittencourt e Av. Raimundo Pereira de Magalhães e na implantação de unidades para tratamento secundário das estações de tratamento de esgoto da Pavuna e Sarapuí.

O Sr. Ricardo Galvão não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

José Augusto Fernandes Filho - 002.819.564-72

O Sr. José Augusto é formado em Geologia e pós-graduado em Geofísica, ambas pela Universidade Federal da Bahia. Ele ocupou o cargo de diretor de exploração e produção, ou E&P, do grupo Queiroz Galvão desde 1996 até sua nomeação como Diretor Presidente da QGEP Participações S.A. em 2010. Em 2012 o Sr. José Augusto deixou sua posição como Diretor Presidente da Companhia para assumir como membro do Conselho de Administração da QGEP Participações S.A. . Em sua longa

experiência, de mais de 45 anos, o Sr. José Augusto trabalhou como geofísico em várias bacias brasileiras e ocupar cargos de destaque no Brasil e no exterior. Foi superintendente do Distrito de Exploração da Bahia por cerca de nove anos, onde revitalizou a exploração da Bacia do Recôncavo. Atuou também como Gerente Geral da Petrobras na Colômbia, estando submetido a diversos cenários de exploração e produção. A partir de 1996, o Sr. José Augusto se juntou ao Grupo Queiroz Galvão tendo participado das negociações com a Petrobras que levaram à descoberta no Campo de Manati.

O Sr. José Augusto não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Composição dos candidatos ao Conselho Fiscal

Os candidatos ao Conselho Fiscal, conforme indicações recebidas pela Companhia são:

Nome	Idade	Conselho Fiscal	Data Para Eleição	Prazo do Mandato	Indicação
Sérgio Tuffy Sayeg	60	Membro Efetivo	AGO 16.04.2014	Até a AGO que deliberar sobre as contas de 31 de dezembro de 2014.	Controlador
Nelson Mitimasa Jinzenji	64	Membro Suplente			Controlador
José Ribamar Lemos de Souza	61	Membro Efetivo			Controlador
Gil Marques Mendes	61	Membro Suplente			Controlador
Axel Ehrard Brod	56	Membro Efetivo			Minoritários
William Bezerra Cavalcanti Filho	57	Membro Suplente			Minoritários

Currículo dos Candidatos

Sérgio Tuffy Sayeg

O Sr. Sérgio Tuffy Sayeg é administrador de empresas e pós-graduado em mercado de capitais pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Professor em cursos de MBA, pós-graduação e educação executiva da Fundação Instituto de Administração – FIA, do Ibmecc, do INSPER e de entidades do mercado financeiro e de capitais. Qualificado com “Certificação para Conselheiro de Administração por Experiência” e “Certificação para Conselheiro Fiscal por Experiência” pelo IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, “CNPI - Certificação Nacional do Profissional de Investimentos” pela APIMEC - Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais e “Certificação Profissional ANBIMA – série 20”. Desde 1976, atua nos mercados

financeiro, de capitais e corporativo, tendo trabalhado como executivo e diretor no Unibanco, Banco London Multiplic, Banco Safra, Seller DTVM, Banco Fibra, Dresdner Asset Management, Bolsa de Valores de São Paulo, SABESP – Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo e FIRB – Financial Investor Relations. Membro especializado do Comitê de Auditoria do Banco GMAC S.A. (2012 – atual). Conselheiro Fiscal da CSU CardSystem S.A (2008 - atual), Cia. Providência Indústria e Comércio (2012 – atual) e Marfrig Alimentos S.A. (2010 e 2012), listadas no Novo Mercado da BM&FBovespa, e da CR Almeida S.A. Engenharia e Construções (2011 – atual). Conselheiro de Administração (2007 – 2009) da Lojas Salfer S.A.. Membro do Audit Committee Institute da KPMG e das Comissões de Comunicação e Certificação do IBGC. Conselheiro de Administração (2003 – 2008) e vice-presidente da Comissão Internacional do IBRI – Instituto Brasileiro de Relações com Investidores.

O Sr. Sérgio Tuffy Sayeg não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Nelson Mitimasa Jinzenji

O Sr. Nelson Mitimasa Jinzenji é consultor e administrador de empresas, auditor independente, advogado e graduado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco, inscrito na OAB-PE sob o nº 14.448, contador graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco, inscrito no CRC-SP sob o nº 64.957-T-PE graduado em Administração de Empresas pela Universidade de São Paulo, inscrito no CRA-PE sob o nº 0905. Sócio da empresa DIRECTIVOS, Vice-Presidente do IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – 2ª Regional – período de 2001 a 2002 e 2002 a 2003, Presidente do Caxangá Golf e Country Club – mandato de 01/07/2000 a 30/06/2001 e de 1/07/2001 a 30/06/2003, Vice Presidente do Conselho Regional de Contabilidade em Pernambuco – Gestão 2002/2003, 2004/2005 e 2006/2007, Vice Presidente Técnico do Conselho Federal de Contabilidade – Gestão 2008/2009 e 2010/2011, Vogal Titular e Presidente da 3ª Turma de Vogais, da Junta Comercial do Estado de Pernambuco – JUCEPE – mandato de 01/01/2007 a 31/12/2010 e de 01/01/2011 a 31/12/2014, Membro do Grupo de Estudos para Auditoria, do Conselho Federal de Contabilidade – CFC em 2003, 2004 e 2005, Membro da Comissão Consultiva de Normas Contábeis da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, em 2004, 2005 e 2006, Membro e Coordenador de Operações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC no período de 2008 a 2011, e Membro da Academia Pernambucana de Ciências Contábeis. Condecorado com a Medalha Pernambucana do Mérito Policial Militar, em 07/06/2002, com a Medalha Joaquim Monteiro de Carvalho, pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo – CRCSP em 30/05/2011, com o Certificado Prêmio Expressão em Administração pela Casa do Administrador em Pernambuco, integrada pelo Conselho Regional de Administração no Estado de Pernambuco e Sindicato dos Administradores em Pernambuco, em 09/09/2010. Co-autor de livro da área contábil-tributária.

O Sr. Nelson Mitimasa Jinzenji não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

José Ribamar Lemos de Souza

Sr. José Ribamar Lemos de Souza é contador, inscrito no CRC-PE sob o nº 6.172 e no CPF/MF 080.716.084-91, graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco, sendo contador Pós-Graduado em Direito da Economia e da Empresa e em Direito Tributário pela Fundação Getúlio Vargas. Professor na Universidade Federal de Pernambuco desde 1995, nos cursos de Pós-Graduação em Administração Financeira, MBA em Gestão de Negócios, MBA em Gestão de Custos e Controladoria, MBA em Planejamento e Gestão Organizacional, e MBA em Logística.. Instrutor de diversos cursos de aperfeiçoamento nas áreas contábil, tributária e administrativa pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, destacando-se os seguintes cursos: Contabilidade Gerencial, Análise e Demonstrações Financeiras, Administração e Controle do Ativo Permanente, Gerência de Impostos, e Custos e Formação de Preços. O Sr. José Ribamar foi contador responsável por todos os processos contábeis, fiscais e de controle interno em diversas empresas, destacando-se entre elas: Megaó Indústria e Comércio Ltda, no período de jun/76 a jul/78, e Formac (PE) S.A, no período de jul/78 a set/87. Exerceu a gerência financeira-administrativa na Delta Construções S.A, sendo responsável por todos os procedimentos contábeis, fiscais, administrativos e financeiro, durante o período de jan/88 a nov/93. É sócio e acionista das empresas: Dosoftware do Brasil S.A e Acta Microinformática Ltda. Foi consultor nas áreas organizacional, contábil, tributária e administrativa, tendo como principais clientes as seguintes empresas, desde 1992: Fiori Veículo Ltda e empresas controladas/coligadas; Auto Nunes Ltda e empresas controladas/coligadas; e Auto Norte Ltda.

O Sr. José Ribamar Lemos de Souza não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Gil Marques Mendes

Gil Marques Mendes é contador e empresário do ramo da auditoria e contabilidade, há 28 anos no mercado, portador do CRC-RJ sob o nº 339.363 e CPF/MF nº 329.729.897-91. É Bacharel em Ciências Contábeis pela Federação das Faculdades Celso Lisboa, e Pós-Graduado em controladoria, auditoria, gerência financeira e didática do ensino superior pela Fundação Getúlio Vargas. Qualificado em IFRS –

International Financial Reporting Standard, certificado internacionalmente pela IACAFM – International Association of Certified Accountants and Financial Managers; Membro do Conselho Diretor do CRC-RJ – Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro no cargo de Vice Presidente de Registro; Membro da Comissão de Educação Profissional Continuada do CRC-RJ; Já atuou como conselheiro no Conselho de Contribuintes do Município do Rio de Janeiro – período 2008 a 2010; Já atuou como Vogal da JUCERJA – Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – período 1998 a 2006; Pós-graduado em controladoria (Fundação Getúlio Vargas), Pós-graduado em Gerência Financeira (Fundação Getúlio Vargas) e Pós-graduado em Didática do Ensino Superior. Foi sócio administrador na GWM Auditores Independentes de junho/2011 até a presente data; na GWM Auditores e Consultores de junho/1986 até junho/2011; e na NASA Contadores Ltda. de junho/1986 até a presente data. Atuou como auditor chefe de maio/ 984 a junho/1986 na Construtora Queiroz Galvão S.A.; como auditor sênior de março/1982 a fevereiro/1983 na SUPERGASBRÁS – Distribuidoras de Gás S.A., e na SOTREQ S.A. de Tratores e Equipamentos, de dezembro/1979 a março/1982; como auditor na Zalcborg, Aizenman, Bendoraytes e Cia, de março / 1978 a novembro/1979.

O Sr. Gil Marques Mendes de Souza não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Axel Erhard Brod

O Sr. Axel Erhard Brod é administrador de empresas, com especialização em Finanças, portador da Cédula de Identidade RNE nº W432250Z, (SE-DPMAF-DPF), inscrito no CPF/MF sob o nº 787.729.907-21. É graduado em Administração de Empresas pela Universität des Saarlandes em Saarbrücken na Alemanha e pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), com mestrado em Finanças pela PUC-RJ. Atualmente é Sócio-Diretor da ABZ Assessoria e Consultoria Empresarial. É membro do Conselho Fiscal das seguintes companhias: Mahle Metal Leve S.A., Metalúrgica Gerdau S.A., Santos Brasil S.A. e A.W. Faber Castell S.A. De 1999 a 2010 atuou no Grupo MAHLE exercendo diversas funções, entre as quais em equipes de gestão no Grupo MAHLE global; como membro e Presidente de diversos conselhos de administração em “joint ventures” e empresas do Grupo; e na MAHLE Metal Leve S.A. como Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores entre 1999 a 2010, sendo que de 2004 a 2010 exerceu também a função de Diretor Vice Presidente da Companhia. De 1990 a 1998 exerceu funções no Grupo Thyssen na divisão de comércio e serviços, tendo atuado como Diretor Administrativo-Financeiro do Grupo na América do Sul. De 1984 a 1989 atuou na KPMG Auditores Independentes como gerente de auditoria da German Desk da filial no Rio de Janeiro.

O Sr. Axel Erhard Brod não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

William Bezerra Cavalcanti Filho

William Bezerra Cavalcanti Filho é economista, com especialização em Administração e Finanças, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.643.978-4 (SSP Detran/RJ), inscrito no CPF/MF sob o nº 530.627.607-53. É graduado em Ciências Econômicas – Instituto Metodista Bennett – 1982, com MBA Finanças – IBMEC – 1991 e Pós em Adm. - Formação Geral para Alto Executivos – FGV-RJ – 1996, cursando a faculdade de Filosofia na PUC-Rio, além dos seguintes cursos: Comercial and Investment Bank (Engenharia Financeira, Produtos e Serviços) Citybank – Flórida - EUA – 1992 ; - Certificado - Securities Representative – FSA – Londres – Inglaterra – 1997; - Amana Kay – MBA Executivo Internacional; - Financial Engineering – Derivative Securities; - Governança Corporativa – USP/FIPECAFI – 2000 ; - Conselho Fiscal – Teoria e Prática – IBGC – 2009 ; - IFRS Board Class – ANEFAC e Ernst&Young – Set./2009 ; - Midia Training – 2012; Conselheiro de Administração – IBGC; Conselheiro Fiscal – IBGC; Como experiência profissional, Willian trabalhou no BANERJ S.A. - Mai/1977 a Nov./1978/; BANCO DO BRASIL S.A. – Dez./78 a Abr./2009;- Principais cargos executivos exercidos (a partir de 1996): - Gerente Executivo de Adm. de Ativos de Terceiros – BBDTVM;- Gerente Executivo de Negócios – Títulos e valores Mobiliários – Unidade de Mercado de Capitais; - Gerente Executivo de Operações Financeiras – GEROF – Diretoria de Finanças ; - Diretor Estatutário de Finanças – Dez/2003 a Abr./2009 ; BRASILCAP S.A. – Set./2009 a Fev/2013, Cargo: Gerente Executivo – Área Financeira e Investimentos. Participou dos seguintes comitês: (representante do Banco do Brasil): Comitê de Tesouraria da FEBRABAN – até Abr./09; Comitê de Política Monetária – ANDIMA – até Abr./09 ; ; Comitê de Investimentos da SUSEP – de 2011 a Fev/2013 e participou no conselho das seguintes empresas: PRONOR S.A. e NITROCARBONO S.A. – Vice-Presidente do CA - Abr./97 a Abr./04– Indicação: Banco do Brasil S.A. – BB ; GUARANIANA S.A. (atual Neoenergia) – CA – Titular - Jul.97 a 98 – Indicação: BB; GUARANIANA COM. e SERV. S.A. - CA – Titular – Out./2001 a Mai./2002 – Indicação: BB ; BOLSA DE VALORES DO RJ – CA – Suplente – Dez./2000 a Nov./2001 Indicação: BB; SADIA S.A. – CF – Titular – Abr./2000 a Mar./2001 – Indicação: Previ – ; BRASILCAP S.A. – CA – Suplente – Fev.2001 a Ago/2009 – (Presidente do Comitê Financeiro) - Indicação: BB ; ALL S.A. – CF – Titular – Abr./2009 a Abr./2010 – Indicação: Previ ; FIAGO Participações S.A. – Maio/2011 a Abr./2013 – Indicação Previ; Indicado pela Previ para o cargo de CF na CPFL – Início Maio/2013.

12.7. Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração.

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até 24/02/2014, a Companhia não possuía comitês estatutários instalados.



12.9. Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores.

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				

Administrador do emissor ou controlada

Antônio Augusto de Queiroz Galvão	173.714.734-34	QGEP Participações S.A.	11.669.021/0001-10	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				

Pessoa relacionada

Maurício José de Queiroz Galvão	233.110.534-00	QGEP Participações S.A.	11.669.021/0001-10	
Membro do Conselho de Administração				

Observação

São também membros do Conselho de Administração e Diretores da Queiroz Galvão S.A., nosso acionista controlador.

Administrador do emissor ou controlada

Antônio Augusto de Queiroz Galvão	173.714.734-34	QGEP Participações S.A.	11.669.021/0001-10	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				

Pessoa relacionada

Fernando de Queiroz Galvão	165.109.684-87	Queiroz Galvão S.A.	02.538.798/0001-55	
Membro do Conselho de Administração e Diretor				

Observação

O Sr. Antônio Galvão também é membro do Conselho de Administração e Diretor da Queiroz Galvão S.A., nosso acionista controlador.

12.9. Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores.

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				

Administrador do emissor ou controlada

Antônio Augusto de Queiroz Galvão	173.714.734-34	QGEP Participações S.A.	11.669.021/0001-10	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				

Pessoa relacionada

Marcos de Queiroz Galvão	475.316.904-97	Queiroz Galvão S.A.	02.538.798/0001-55	
Membro do Conselho de Administração e Diretor				

Observação

O Sr. Antônio Galvão também é membro do Conselho de Administração e Diretor da Queiroz Galvão S.A., nosso acionista controlador.

Administrador do emissor ou controlada

Antônio Augusto de Queiroz Galvão	173.714.734-34	QGEP Participações S.A.	11.669.021/0001-10	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				

Pessoa relacionada

Carlos de Queiroz Galvão	485.512.604-72	Queiroz Galvão S.A.	02.538.798/0001-55	
Membro do Conselho de Administração				

Observação

O Sr. Antônio Galvão também é membro do Conselho de Administração e Diretor da Queiroz Galvão S.A., nosso acionista controlador.

12.9. Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				

Administrador do emissor ou controlada

Antônio Augusto de Queiroz Galvão	173.714.734-34	QGEP Participações S.A.	11.669.021/0001-10	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				

Pessoa relacionada

Roberto de Queiroz Galvão	497.104.944-49	Queiroz Galvão S.A.	02.538.798/0001-55	
Membro do Conselho de Administração e Diretor				

Observação

O Sr. Antonio Augusto Galvão também é membro do Conselho de Administração e Diretor da Queiroz Galvão S.A., nosso acionista controlador.

Administrador do emissor ou controlada

Maurício José de Queiroz Galvão	233.110.534-00	QGEP Participações S.A	11.669.021/0001-10	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				

Pessoa relacionada

Marcos de Queiroz Galvão	475.316.904-97	Queiroz Galvão S.A.	02.538.798/0001-55	
Membro do Conselho de Administração e Diretor				

Observação

O Sr. Maurício Galvão também é membro do Conselho de Administração e Diretor da Queiroz Galvão S.A., nosso acionista controlador.

12.9. Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				

Administrador do emissor ou controlada

Maurício José de Queiroz Galvão 233.110.534-00 QGEP Participações S.A. 11.669.021/0001-10 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Roberto de Queiroz Galvão 497.104.944-49 Queiroz Galvão S.A. 02.538.798/0001-55
Membro do Conselho de Administração e Diretor

Observação

O Sr. Maurício Galvão também é membro do Conselho de Administração e Diretor da Queiroz Galvão S.A., nosso acionista controlador.

Administrador do emissor ou controlada

Maurício José de Queiroz Galvão 233.110.534-00 QGEP Participações S.A. 11.669.021/0001-10 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Fernando de Queiroz Galvão 165.109.684-87 Queiroz Galvão S.A. 02.538.798/0001-55
Membro do Conselho de Administração e Diretor

Observação

O Sr. Maurício Galvão também é membro do Conselho de Administração e Diretor da Queiroz Galvão S.A., nosso acionista controlador.

12.9. Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores.

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				

Administrador do emissor ou controlada

Roberto de Queiroz Galvão	497.104.944-49	Queiroz Galvão S.A.	02.538.798/0001-55	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração e Diretor				

Pessoa relacionada

Carlos de Queiroz Galvão	485.512.604-72	Queiroz Galvão S.A.	02.538.798/0001-55	
Membro do Conselho de Administração				

Observação**Administrador do emissor ou controlada**

Maurício de Queiroz Galvão	233.110.534-00	QGEP Participações S.A.	11.669.021/0001-10	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				

Pessoa relacionada

Carlos de Queiroz Galvão	485.512.604-72	Queiroz Galvão S.A.	02.538.798/0001-55	
Membro do Conselho de Administração e Diretor				

Observação

O Sr. Maurício Galvão também é membro do Conselho de Administração e Diretor da Queiroz Galvão S.A., nosso acionista controlador.

12.9. Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores.

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
-------------	------------	---------------------------------------------------------------	-------------	------------------------------------------------------------------------

Cargo**Exercício Social 31/12/2011**

Antônio Augusto de Queiroz Galvão Presidente do Conselho de Administração	173.714.734-34		Controle	Controlada Direta
------------------------------------------------------------------------------	----------------	--	----------	-------------------

Pessoa Relacionada

Queiroz Galvão S.A. Presidente do Conselho de Administração e Diretor	02.538.798/0001-55			
--------------------------------------------------------------------------	--------------------	--	--	--

Observação**Administrador do Emissor**

Ricardo de Queiroz Galvão Vice-Presidente do Conselho de Administração	784.917.977-34		Controle	Controlada Direta
---------------------------------------------------------------------------	----------------	--	----------	-------------------

Pessoa Relacionada

Queiroz Galvão S.A. Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor	02.538.798/0001-55			
-------------------------------------------------------------------------------	--------------------	--	--	--

Observação**Administrador do Emissor**

Maurício José de Queiroz Galvão Membro do Conselho de Administração	233.110.534-00		Controle	Controlada Direta
------------------------------------------------------------------------	----------------	--	----------	-------------------

Pessoa Relacionada

Queiroz Galvão S.A. Membro do Conselho de Administração e Diretor	02.538.798/0001-55			
----------------------------------------------------------------------	--------------------	--	--	--

Observação

.....
Administrador do Emissor

12.10. Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2010**Administrador do Emissor**

Antônio Augusto de Queiroz Galvão
Presidente do Conselho de Administração

173.714.734-34

Controle

Controlador Indireto

Pessoa Relacionada

Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A.
Presidente do Conselho de Administração

11.253.257/0001-71

Observação

O Sr. Antônio Augusto de Queiroz Galvão também é presidente do conselho da Queiroz Galvão S.A. que é controladora indireta da Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A.

Administrador do Emissor

Antônio Augusto de Queiroz Galvão
Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Queiroz Galvão S.A.
Presidente do Conselho de Administração

02.538.798/0001-55

Observação**Administrador do Emissor**

Ricardo de Queiroz Galvão
Vice-Presidente do Conselho de Administração

784.917.977-34

Controle

Controlador Indireto

Pessoa Relacionada

Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A.

11.253.257/0001-71

Observação

Administrador do Emissor

Ricardo de Queiroz Galvão
Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor

784.917.977-34

Controle

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

Queiroz Galvão S.A.

02.538.798/0001-55

12.10. Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Maurício José de Queiroz Galvão
Membro do Conselho de Administração

233.110.534-00

Controle

Controlador Indireto

Pessoa Relacionada

Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A.

11.253.257/0001-71

Observação

Administrador do Emissor

Maurício José de Queiroz Galvão
Direto Membro do Conselho de Administração e Diretor

233.110.534-00

Controle

Controlador

Pessoa Relacionada

Queiroz Galvão S.A.

02.538.798/0001-55

Observação

Anexo D

(Informações relativas ao item 13 do Formulário de Referência)

13.1 Descrever a política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou não estatutária, do Conselho Fiscal, dos Comitês Estatutários e dos Comitês de Auditoria, de Risco, Financeiro e de Remuneração:

a. *Objetivos da política ou prática de remuneração*

Nossas práticas de remuneração buscam atrair, reter e motivar profissionais qualificados, buscando alinhar os interesses dos administradores aos objetivos de curto, médio e longo prazo da Companhia.

A política de remuneração da Companhia é elaborada com base nas melhores práticas de mercado; em um sistema de metas e estratégias de negócios e com base nos deveres e responsabilidades do cargo.

Nesse sentido, desde 2012, a Companhia e suas controladas adotaram um plano de cargos e salários que reflete o perfil e as necessidades da Companhia, e encontra-se em sintonia com as melhores práticas de nossos pares de mercado.

Adicionalmente à remuneração dos administradores, a Companhia desenvolveu em 2011 um Plano para Opção de Compra de Ações da Companhia ("Plano de Opções"), com o objetivo de alinhar os interesses dos administradores com objetivos de médio e longo prazo da Companhia e de fortalecer uma cultura empreendedora e orientada para resultados.

b. *Composição da remuneração, indicando:*

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração. Nosso Conselho de Administração recebe uma remuneração fixa, sem qualquer componente de remuneração variável. A remuneração fixa dos conselheiros indicados por nosso acionista controlador e que ocupam cargos de administração em outras empresas de nosso grupo adota como parâmetro, nas datas das Assembleias Gerais Ordinárias, o valor do salário mínimo vigente, sendo consideravelmente inferior aos valores pagos aos nossos conselheiros independentes. Os membros independentes do nosso Conselho de Administração e/ou conselheiros indicados pelos acionistas controladores que tenham função exclusiva de administração em nossa Companhia recebem uma remuneração fixa estabelecida com base nos deveres e responsabilidades assumidos e em linha com as práticas das demais companhias de nosso grupo, a fim de remunerá-los pelos serviços prestados à Companhia.

Nossos administradores recebem também remuneração de outras empresas do grupo. Além disso, um de nossos conselheiros manteve alguns benefícios (plano de saúde, odontológico e seguro de vida) custeados pela nossa controlada Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. ("QGEP"), remanescentes do período em que exercia o cargo de Diretor Presidente da Companhia.

Para maiores informações sobre a remuneração paga aos conselheiros por outras empresas do nosso grupo, vide o item 13.15 deste Formulário de Referência.

Diretoria Estatutária. Nossos Diretores recebem uma remuneração fixa e variável, sendo que esta última é paga por intermédio de nossa controlada QGEP, conforme indicado nos itens 13.15 e 13.16 abaixo.

A remuneração fixa corresponde ao montante mensal pago aos Diretores por suas atribuições exercidas no âmbito da Companhia e de nossas controladas, com o objetivo de reconhecer e refletir o valor da experiência e responsabilidade individual do cargo e das responsabilidades assumidas. A remuneração variável, por sua vez, busca premiar o desempenho, o alcance e a superação de metas, com base em fatores que contribuam para o crescimento da Companhia.

Nossos Diretores e demais funcionários da Companhia recebem alguns benefícios, como assistência médica e odontológica, seguro de vida e previdência complementar, alinhados com a prática de mercado e suportados preponderantemente pela controlada QGEP. Tais benefícios complementam o pacote de remuneração dos membros da Companhia com base nas práticas de mercado.

Por sermos uma companhia cuja finalidade é participar em outras sociedades que se dediquem à exploração, produção e comercialização de petróleo, gás natural e seus derivados (portanto, somos uma *holding* pura), concentramos grande parte da remuneração de nossa Diretoria em nossa controlada operacional QGEP.

Por fim, nossos Diretores são beneficiados pelo Plano de Opções da Companhia, cujo objetivo é (i) alinhar os interesses dos administradores aos objetivos de médio e longo prazo da Companhia e (ii) fortalecer uma cultura empreendedora, de eficiência operacional e orientada para resultados.

Conselho Fiscal. A remuneração proposta para o conselho fiscal é uma remuneração fixa. Não serão pagos benefícios ou remuneração variável aos conselheiros fiscais.

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 pagos a seus administradores na Companhia foram:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária (1)(2)	Conselho Fiscal (4)
Remuneração Fixa Anual (Valores da QGEPP)			
Salário ou pró-labore	82,5%	78,5%	0%
Benefícios direto e indireto	1,0%	5,9%	0%
Participações em comitês	0%	0%	0%
Outros (Encargos)	16,5%	15,7%	0%
Descrição de	O valor da conta "Outros" se refere ao INSS sobre		

outras remunerações fixas	pró-labore, com alíquota de 20% correspondente à parte da empresa.		
Remuneração Variável			
Bônus	0,0%	0,0%	0,0%
Participação de Resultados	0,0%	0,0%	0,0%
Participação em Reuniões	0,0%	0,0%	0,0%
Comissões	0,0%	0,0%	0,0%
Outros	0,0%	0,0%	0,0%
Benefícios pós Emprego ou Cessão do Cargo			
Pós-Emprego	0,0%	0,0%	0,0%
Cessão do Cargo	0,0%	0,0%	0,0%
Remuneração Baseada em Ações ⁽³⁾			
Baseada em ações	0,0%	0,0%	0,0%
Total da remuneração	100%	100%	100%

¹ Nossos Diretores recebem também remuneração fixa paga pela nossa controlada operacional QGEP, para maiores informações vide item 13.15 deste Formulário de Referência.

² Nossos Diretores recebem também remuneração variável paga pela nossa controlada operacional QGEP, para maiores informações vide item 13.15 deste Formulário de Referência.

³ O valor das opções outorgadas no âmbito do Plano de Compra de Ações de 2013 está reconhecido contabilmente em nossa controlada QGEP. Para maiores informações sobre a proporção de cada elemento da remuneração total consolidada da Companhia, vide item 13.15 deste Formulário de Referência.

⁴ Não houve instalação do Conselho Fiscal para este ano.

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Conselho de Administração. A remuneração dos membros do Conselho de Administração indicados por nosso acionista controlador e que ocupem cargos em outras companhias de nosso grupo é simbólica e usa como referência o valor do salário mínimo nacional vigente para o exercício social em questão, enquanto que a remuneração dos membros independentes e/ou conselheiros exclusivos de nossa Companhia é obtida através da análise da prática de mercado, em especial das demais companhias de nosso grupo, sendo revisada periodicamente para refletir (i) a adequação às atividades e responsabilidades assumidas, (ii) a recomposição da perda devido a inflação e (iii) competitividade com as práticas de mercado.

Diretoria. A remuneração de nossos Diretores é calculada e reajustada (i) com base nas práticas de mercado obtidas através de pesquisas de remuneração das quais a Companhia participa anualmente (ii) para premiar o bom desempenho individual apresentado de forma consistente e (iii) para refletir anualmente o acordo entre nossa controlada QGEP e o sindicato ao qual está vinculado.

A comparação de nossa remuneração com as praticadas no mercado é realizada com companhias atuantes preponderantemente no mesmo setor da Companhia, considerando

também, para fins de amostragem, companhias de setores diferentes e de porte variados. Além disso, os reajustes acordados com o sindicato e a nossa controlada QGEP é aplicado de forma linear, ou seja, aplica-se a todos os Diretores, bem como aos demais funcionários da Companhia.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

Com a política de remuneração acima indicada, a Companhia visa remunerar seus profissionais segundo as responsabilidades inerentes aos cargos que exercem, alinhado às práticas de mercado e aos níveis de competitividade da Companhia. Entendemos que a composição da remuneração é adequada às estratégias e aos objetivos de curto, médio e longo prazo da Companhia.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Conselho de Administração. Não há.

Diretoria. O conjunto de elementos da remuneração busca reconhecer a experiência do profissional, os desempenhos individuais e os resultados obtidos pela Companhia. Os indicadores de desempenho para determinação dos elementos de remuneração variável levam em consideração resultados financeiros e operacionais da Companhia, além do desempenho individual medido pelo cumprimento de metas previamente acordadas.

Conselho Fiscal. Não há.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Conselho de Administração. A remuneração do Conselho de Administração paga pela Companhia é integralmente fixa.

Diretores Estatutários. A remuneração dos Diretores é composta por componentes fixos e variáveis. A remuneração variável dos Diretores está baseada no seu desempenho individual, no resultado operacional e financeiro.

Conselho Fiscal. Até o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, não houve a instalação do conselho fiscal. Caso ocorra, a proposta da Companhia é que ela seja uma remuneração fixa, na forma do art. 162, §3 da Lei 6.404/76.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A composição da remuneração mesclando remuneração fixa e variável, pagas pela Companhia e sua controlada QGEP, somada a incentivos que possibilitam o ganho longo prazo alinham os interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia e permitem a geração sustentável e consistente de resultados, preservando a perpetuidade dos negócios em que estamos inseridos.

A remuneração variável, baseada em metas operacionais, financeiras e individuais previamente estabelecidas, com foco em projetos e atividades que possam gerar resultados para a Companhia, contribui para o desenvolvimento de uma cultura focada em resultados e na eficiência operacional.

O Plano de Opções estabelecido pela Companhia estimula a geração de resultados consistentes de médio e longo prazo para Companhia e reforçam a cultura empreendedora, de resultado e de eficiência operacional.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Por sermos uma companhia com o objeto social exclusivo de participação em sociedades que se dediquem substancialmente à exploração, produção e comercialização de petróleo, gás natural e seus derivados (portanto, somos uma *holding* pura) grande parte da remuneração de nossa Diretoria, concentra-se em nossa controlada operacional QGEP. A identificação do tipo de remuneração recebida, segregadas por órgão de administração, encontra-se descrita nos itens 13.15 e 13.16 deste documento.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como alienação do controle societário da Companhia

Atualmente não há nenhuma remuneração ou benefício vinculado a um evento societário envolvendo a Companhia ou suas controladas.

Em 2011, foi destinado o valor de aproximadamente R\$23,1milhões (correspondente a 1,523% do valor da Oferta Primária de ações da Companhia) aos diretores, gerentes, funcionários e colaboradores da Companhia e de sua subsidiária Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A., a título de gratificação de incentivo a conclusão bem sucedida da Oferta Pública Inicial de Ações da Companhia.

13.2 – Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

	Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente - 31/12/2014 - Valores Anuais			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7	4	3	14
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	R\$954.156,00	R\$1.352.399,00	R\$330.000,00	R\$2.636.555,00
Benefícios direto e indireto	R\$20.141,00	R\$115.515,00	R\$0,00	R\$135.656,00
Participações em comitês	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00

Outros (Encargos)	R\$190.831,00	R\$270.480,00	R\$66.000,00	R\$527.311,00
Descrição de outras remunerações fixas	O valor da conta "Outros" se refere ao INSS sobre pró-labore, com alíquota de 20% correspondente à parte da empresa.	O valor da conta "Outros" se refere ao INSS sobre pró-labore, com alíquota de 20% correspondente à parte da empresa.	O valor da conta "Outros" se refere ao INSS sobre pró-labore, com alíquota de 20% correspondente à parte da empresa.	O valor da conta "Outros" se refere ao INSS sobre pró-labore, com alíquota de 20% correspondente à parte da empresa.
Remuneração variável				
Bônus	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Participação de resultados	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Participação em reuniões	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Comissões	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Outros	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Cessaçã o do cargo	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Baseada em ações	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Observação				
Total da remuneração	R\$1.165.128,00	R\$1.738.394,00	R\$396.000,00	R\$3.299.522,00

Remuneração total reconhecida no Exercício Social encerrado em 31/12/2013 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7	4	0,00	11
Remuneração fixa anual				

Salário ou pró-labore	R\$877.332,00	R\$1.166.336,00	0,00	R\$2.043.668,00
Benefícios direto e indireto	R\$11.118,00	R\$87.063,00	0,00	R\$98.181,00
Participações em comitês	R\$0,00	R\$0,00	0,00	R\$0,00
Outros (Encargos)	R\$175.466,00	R\$233.267,00	0,00	R\$408.733,00
Descrição de outras remunerações fixas	O valor da conta "Outros" se refere ao INSS sobre pró-labore, com alíquota de 20% correspondente à parte da empresa.	O valor da conta "Outros" se refere ao INSS sobre pró-labore, com alíquota de 20% correspondente à parte da empresa.		
Remuneração variável				
Bônus	R\$0,00	R\$0,00	0,00	R\$0,00
Participação de resultados	R\$0,00	R\$0,00	0,00	R\$0,00
Participação em reuniões	R\$0,00	R\$0,00	0,00	R\$0,00
Comissões	R\$0,00	R\$0,00	0,00	R\$0,00
Outros	R\$0,00	R\$0,00	0,00	R\$0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	R\$0,00	R\$0,00	0,00	R\$0,00
Cessaçã o do cargo	R\$0,00	R\$0,00	0,00	R\$0,00
Baseada em ações	R\$0,00	R\$0,00	0,00	R\$0,00

Observação	O número de membros de cada órgão para o exercício social de 2010 foi apurado com base na média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros de cada órgão para o exercício social de 2010 foi apurado com base na média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas		
Total da remuneração	R\$1.063.916,00	R\$1.486.666,00	0,00	R\$2.550.582,00

Remuneração total reconhecida no Exercício Social encerrado em 31/12/2012 - Valores Anuais			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº de membros	7,00	3,5	10,50
Remuneração fixa anual			
Salário ou pró-labore	R\$701.811,00	R\$998.967,00	R\$1.700.778,00
Benefícios direto e indireto	R\$1.103,00	R\$31.675,00	R\$32.778,00
Participações em comitês	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Outros (Encargos)	R\$140.362,00	R\$199.794,00	R\$40.156,00
Descrição de outras remunerações fixas	O valor da conta "Outros" se refere ao INSS sobre pró-labore, com alíquota de 20% correspondente à parte da empresa.		
Remuneração variável			
Bônus	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Participação de resultados	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Participação em reuniões	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Comissões	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Outros	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Pós-emprego	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Cessaçã o do cargo	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Baseada em ações	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00

Observação	O número de membros de cada órgão para o exercício social de 2012 foi apurado com base na média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros de cada órgão para o exercício social de 2012 foi apurado com base na média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas	
Total da remuneração	R\$843.276,00	R\$1.230.436,00	R\$2.073.712,00

Remuneração total reconhecida no Exercício Social encerrado em 31/12/2011 - Valores Anuais			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº de membros	7	4	11
Remuneração fixa anual			
Salário ou pró-labore	512.600,00	893.160,00	1.405.760,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00
Outros (Encargos)	102.520,00	178.632,00	281.152,00
Remuneração variável			
Bônus	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Participação de resultados	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Participação em reuniões	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Comissões	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Outros	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Pós-emprego	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Cessaçã o do cargo	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Baseada em ações	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Total da remuneração	R\$615.120,00	R\$1.071.792,00	R\$1.686.912,00

13.3 Remuneração variável do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e do Conselho Fiscal, em relação aos últimos 3 exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente

A Companhia não realizou pagamento de remuneração variável ao Conselho de Administração e à Diretoria e não há previsão para pagamento desta natureza relativo ao exercício de 2014. A remuneração variável da Diretoria é percebida através de uma de suas controladas, conforme disposto nos itens 13.15 e 13.16. Desde sua constituição, a Companhia não teve Conselho Fiscal instalado.

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. termos e condições gerais

Administração do Plano:

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2011, nossos acionistas aprovaram o Plano para Opção de Compra de Ações da Companhia ("Plano"), o qual é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia. Anualmente, o Conselho de Administração criará Programas de Outorga de Opção de Compra de Ações ("Programas"), definindo os beneficiários, o preço de subscrição ou aquisição de ações, o prazo de carência para o exercício da opção, o prazo máximo para o exercício da opção, normas sobre transferência de opções e quaisquer restrições às sanções recebidas pelo exercício da opção. O Conselho de Administração poderá prorrogar, mas não antecipar, o prazo final para o exercício da opção dos Programas em vigência. Também poderá extinguir o Plano, a qualquer tempo, e estabelecer a regulamentação aplicável aos casos omissos, sem prejuízo das opções de compra já concedidas. O Conselho de Administração não poderá mudar as disposições estabelecidas no Plano e nenhuma deliberação poderá, sem o consentimento do titular, alterar ou prejudicar quaisquer direitos ou obrigações de qualquer opção de compra já concedida.

O Programa referente ao exercício social corrente (2014), aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de fevereiro de 2014 ("Programa 2014"), concedeu aos Diretores 1.018.958 opções para a compra de ações ordinárias, representando 0,38% do capital social da Companhia. O programa referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013 aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de março de 2013 ("Programa 2013") concedeu aos Diretores 1.018.958 opções para a compra de ações ordinárias, representando 0,38% do capital social da Companhia. Os programas referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 aprovados em Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 23 de março de 2012 e em 29 de maio de 2012 ("Programa 2012") concederam aos Diretores, respectivamente, 1.018.958 e 550.000 opções para a compra de ações ordinárias, representando 0,38% e 0,21% do capital social da Companhia. Nestes números não estão incluídas as opções que foram outorgadas a um de nossos atuais diretores quando este ainda ocupava o cargo de gerente da Companhia. O programa referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de maio de 2011 ("Programa 2011"), concedeu aos Diretores 653.182 opções para a compra de ações ordinárias, representando 0,25% do capital social da Companhia.

Beneficiários:

A critério do Conselho de Administração, os executivos (empregados ou não) e determinados empregados da Companhia e de suas subsidiárias (sociedades controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia) poderão ser beneficiados pela outorga de opção ("Beneficiários").

Ações incluídas no Plano:

Uma vez exercida a opção pelos Beneficiários, as ações correspondentes serão emitidas pela Companhia, com o consequente aumento de seu capital social. Também poderão ser oferecidas opções de compra das ações existentes em tesouraria, mediante prévia aprovação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Os acionistas, nos termos do disposto no artigo 171, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, não terão direito de preferência na outorga e no exercício da opção de compra de ações originárias do Plano, respeitado o limite do capital autorizado aprovado pela Assembleia Geral, nos termos do artigo 168, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

Exercício da opção:

A opção poderá ser exercida total ou parcialmente durante o prazo e nos períodos fixados na carta convite para participação do Plano ("Carta Convite"), em conformidade com o Plano e o respectivo programa. No caso de exercício parcial, o Beneficiário poderá exercer o remanescente da opção dentro dos prazos e nas condições estipuladas no Plano, no respectivo Programa e Carta Convite, ressalvadas as hipóteses previstas no Plano. Os Beneficiários estarão sujeitos às regras restritivas ao uso de informações privilegiadas aplicáveis às companhias abertas em geral e àquelas estabelecidas pela Companhia.

Permanência no cargo:

O Plano ou opção concedida pelo Plano não conferirá ao Beneficiário, em qualquer hipótese, direito de permanência no cargo e não interferirá no direito da Companhia de encerrar, a qualquer tempo, sua relação com o Beneficiário.

Limitações aos direitos dos titulares às opções:

Nenhum Beneficiário de opção concedida com base no Plano: (i) poderá aliená-la a quaisquer terceiros ou onerá-la, direta ou indiretamente, nem celebrar negócio jurídico com o compromisso de fazê-lo; e (ii) terá quaisquer direitos e obrigações inerentes aos acionistas da Companhia. Nenhuma ação será entregue ao Beneficiário em decorrência do exercício da opção até que todas as exigências legais e contratuais sejam integralmente cumpridas.

Ajustamento:

Se o número de ações de emissão da Companhia for aumentado ou diminuído, ou caso as ações sejam substituídas ou trocadas por espécies ou classes diferentes, como resultado de bonificações em ações, grupamentos ou desdobramentos, serão feitos ajustamentos apropriados no número de ações em relação às quais as opções tenham sido concedidas e ainda não exercidas. Quaisquer ajustamentos nas opções serão feitos sem mudança no valor de compra do total aplicável à parcela não exercida da opção, mas com ajustamento correspondente ao preço de exercício por cada ação ou qualquer unidade de ação abrangida pela opção. O Conselho de Administração estabelecerá as regras aplicáveis para os casos de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária da Companhia.

Data e vigência:

O Plano entrou em vigor na data de aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 29 de abril de 2011, e poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão do Conselho de Administração, sem prejuízo da prevalência das restrições à negociabilidade das ações e sem prejuízo dos direitos dos Beneficiários das opções de compra já concedidas.

Cessão:

Os direitos e obrigações decorrentes do Plano, dos Programas e da Carta Convite não poderão ser cedidos ou transferidos, no todo ou em parte, por qualquer das partes, nem dados como garantia de obrigações, sem a prévia anuência escrita da outra parte.

b. principais objetivos do plano

O Plano visa a alinhar os interesses dos administradores com objetivos de médio e longo prazo da Companhia e de fortalecer uma cultura empreendedora e orientada para resultados.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano permite alinhar os interesses dos Beneficiários, da Companhia e de suas subsidiárias, beneficiados de acordo com o desempenho das ações de emissão da Companhia, com os interesses dos nossos investidores, diretamente beneficiados pelos resultados alcançados pela Companhia.

d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano possui função de incentivo no desempenho dos nossos administradores, podendo representar um ganho patrimonial adicional, sujeito às regras inerentes aos incentivos desta natureza e condicionado à valorização de nossas ações no longo prazo.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo:

O Plano estimula o aprimoramento da administração no curto prazo, alinhando os interesses dos Beneficiários com os interesses da Companhia e de seus acionistas. Além disso, o Plano se insere na política da Companhia de atrair, motivar e assegurar a permanência de profissionais qualificados em nossa administração, incentivando-os a atingir e superar as metas estabelecidas, o que consideramos boa política para o compromisso de médio e longo prazo em relação ao desempenho da Companhia.

f. número máximo de ações abrangidas

As ações abrangidas pelo Plano equivalerão, no máximo, a 5% do total de ações de emissão da Companhia, o que representaria um total de 13.290.495 ações ordinárias, considerando o total de ações emitidas pela Companhia. Atualmente, as outorgas dos Programas de 2011, 2012, 2013 e 2014 totalizam a outorga de 7.977.692 ações ordinárias, das quais 4.260.056 são destinadas a diretores da Companhia opções de compra de ações da Companhia.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

Cada opção assegura ao Beneficiário o direito de subscrever ou adquirir uma ação ordinária de emissão da Companhia. Assim, as opções abrangidas pelo Plano representarão, no máximo, 5% do total de ações da Companhia.

h. condições de aquisição de ações

Anualmente, o Conselho de Administração indicará, em conformidade com o Plano e para cada Programa, os seus Beneficiários, os quais serão devidamente convidados por meio de Cartas Convite.

Os termos e as condições de cada opção concedida segundo o Plano serão fixados nos Programas anuais e nas respectivas Cartas Convite, definindo, entre outras condições: (i) o número de ações que serão emitidas ou vendidas com o exercício da opção; (ii) o preço de exercício nos termos estabelecidos no referido Plano; (iii) os seguintes prazos de carência pelo qual o titular deverá aguardar para exercer suas opções: (a) 20% das opções poderão ser exercidas após o período de 12 meses da outorga; (b) 30% das opções poderão ser exercidas após o período de 24 meses da outorga; e (c) 50% das opções poderão ser exercidas após o período de 36 meses da outorga; e (iv) o prazo de 7 anos, contados a partir da outorga da opção, ao término do qual o exercício da opção e todos os direitos dela decorrentes expirarão. As ações decorrentes do exercício das opções conferirão aos seus titulares os direitos estabelecidos no Plano, nos respectivos Programas e na Carta Convite, sendo sempre assegurado o direito de perceber os dividendos sobre as ações que vierem a ser distribuídas a partir de sua respectiva subscrição ou aquisição.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício é fixado com base no preço médio das ações registrados nos 60 pregões anteriores à data de concessão das opções para os anos subsequentes. O preço de exercício deverá ser pago à vista e será corrigido anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), ou no caso de sua extinção, por outro índice oficial que possua características similares. A opção somente poderá ser exercida nos termos do Plano e de cada programa, durante o prazo e nos períodos fixados nestes.

j. critérios para fixação do prazo de exercício

A opção somente poderá ser exercida dentro do prazo e nos períodos estabelecidos no Plano e em cada Programa. De acordo com o Plano, os Beneficiários estarão submetidos aos seguintes prazos de carência: (i) 20% das opções poderão ser exercidas após o período de 12 meses da outorga; (ii) 30% das opções poderão ser exercidas após o período de 24 meses da outorga; e (iii) 50% das opções poderão ser exercidas após o período de 36 meses da outorga.

k. forma de liquidação

A liquidação ocorre mediante pagamento à vista.

l. restrições à transferência das ações

Caso o Beneficiário pretenda, direta ou indiretamente, dispor ou, de qualquer outra maneira, transferir a totalidade ou parte das ações detidas por ele, desde que tais direitos tenham decorrido das ações objeto do Plano, a Companhia terá o direito de optar por recomprar tais ações pelo valor de mercado, não estando a Companhia vinculada a preço e condições ofertadas por quaisquer terceiros.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão do Conselho de Administração da Companhia, sendo este competente para estabelecer a regulamentação aplicável aos casos omissos.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Na saída do administrador, enquanto Beneficiário do Plano, por iniciativa própria ou da Companhia, incluindo os casos de aposentadoria, as opções (i) que não tenham sido adquiridas até a data prevista serão canceladas; e (ii) que tenham sido adquiridas até a data da saída poderão ser exercidas em até 90 dias, contados da data do término do respectivo contrato de trabalho ou mandato, sendo que, após tal prazo, serão canceladas caso não sejam exercidas. O Conselho de Administração poderá, em casos excepcionais, determinar regras específicas autorizando o exercício de opções por administradores Beneficiários, cujo período de carência para a aquisição do direito de exercício da opção não tenha sido cumprido.

Em caso de morte dos administradores Beneficiários, seus sucessores, ou, em caso de invalidez permanente, os próprios administradores Beneficiários, terão o direito de exercer imediatamente eventuais opções não exercidas, mesmo que o direito ao exercício ainda não tenha sido adquirido, pelo prazo de 12 meses contados do evento, sendo que, após tal prazo, as mesmas serão canceladas.

13.5 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

As tabelas abaixo indicam o número de ações de emissão da Companhia, de seus controladores diretos e indiretos e das sociedades sob controle comum, detidas, direta e indiretamente, pelos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, em 31 de dezembro de 2013. Esclarecemos que o número de ações detidas por membros da Diretoria inserido nas tabelas abaixo inclui as ações detidas por Pessoas Ligadas, conforme previsto na Instrução CVM 358, art. 11. §3º.

Ressaltamos que na data de encerramento do último exercício social, a Companhia não possuía Conselho Fiscal instalado.

	Valores mobiliários de emissão da Companhia detidos em 31.12.2013 por:	
	Membros do Conselho de Administração	Membros da Diretoria
Diretamente	341.706 ações ordinárias	14.750 ações ordinárias*
Indiretamente	49.995.902 ações ordinárias	0 ações ordinárias
Total	50.337.608 ações ordinárias	14.750 ações ordinárias

*Estão incluídas neste item 4.224 ações ordinárias detidas por pessoas ligadas

Valores mobiliários de emissão de:	Detidos em 31.12.2013 por:	
	Membros do Conselho de Administração	Membros da Diretoria
Controladores Diretos e Indiretos		
Queiroz Galvão S.A.	283.758.941 ações ordinárias	0 ações ordinárias
Quantum-Fundo de Investimento em Participações	16.715,26461 cotas	0 cotas
Sociedades Sob Controle Comum		

13.6 Informações sobre a remuneração baseada em ações reconhecida nos resultados dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária

O valor das opções outorgadas referentes aos Programas 2011, 2012, 2013 e 2014 está reconhecido contabilmente em nossa controlada QGEP (vide o item 13.15 para mais informações da remuneração paga por nossas controladas).

Adicionalmente informamos que em 1º de junho de 2012, o Sr. José Augusto Fernandes Filho deixou o cargo de Diretor Presidente da Companhia e passou a ser membro do Conselho de Administração da Companhia, mantendo suas opções adquiridas nos Programas do qual foi eleito Beneficiário no exercício do cargo.

A tabela abaixo resume a remuneração baseada em ações praticada pela Companhia prevista para o exercício social de (2014):

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2014)		
	Conselho de Administração	Diretoria
Nº de membros:	N/A	4
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga:	-	24 de fevereiro de 2014
Quantidade de opções outorgadas aos Diretores:	-	1.018.958
Prazo para que as opções se tornem exercíveis:	-	20% após 12 meses da outorga, 30% após 24 meses da outorga e 50% após 36 meses da outorga
Prazo máximo para exercício das opções:	-	7 anos contados da outorga
Prazo de restrição à transferência das ações:	-	Não há prazo de restrição após o exercício das opções. A Companhia terá o direito de optar por recomprar tais ações pelo valor de mercado, não estando a Companhia vinculada a preço e condições ofertadas por quaisquer terceiros.
Preço médio ponderado de exercício:	-	
Das opções em aberto no início do exercício social:	-	R\$ 8,98
(a) Das opções perdidas durante o exercício social:	-	N/A

(b) Das opções exercidas durante o exercício social:	-	N/A
(c) Das opções expiradas durante o exercício social:	-	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	-	R\$ 2,65
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas:	-	-*

*Valor a ser calculado com base ao preço de mercado das ações da Companhia em 31 de dezembro de 2014. As opções do Programa de 2014 encontram-se, até 31 de dezembro de 2014 ainda dentro do período para se tornarem exercíveis e, portanto, não poderiam ser convertidas em ações.

A tabela abaixo resume a remuneração baseada em ações praticada pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013:

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013		
	Conselho de Administração	Diretoria
Nº de membros:	N/A	4
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga:		14 de março de 2013
Quantidade de opções outorgadas aos Diretores:		1.018.958
Prazo para que as opções se tornem exercíveis:		20% após 12 meses da outorga, 30% após 24 meses da outorga e 50% após 36 meses da outorga
Prazo máximo para exercício das opções:	-	7 anos contados da outorga
Prazo de restrição à transferência das ações:	Não há prazo de restrição após o exercício das opções. A Companhia terá o direito de optar por recomprar tais ações pelo valor de mercado, não estando a Companhia	Não há prazo de restrição após o exercício das opções. A Companhia terá o direito de optar por recomprar tais ações pelo valor de mercado, não estando a Companhia vinculada a preço e condições ofertadas por quaisquer terceiros.

	vinculada a preço e condições ofertadas por quaisquer terceiros.	
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social:	N/A	R\$ 12,83
(b) Das opções perdidas durante o exercício social:	N/A	Não ocorreu
(c) Das opções exercidas durante o exercício social:	N/A	Não ocorreu
(d) Das opções expiradas durante o exercício social:	N/A	Não ocorreu
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 4,11
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas:	N/A	0 ⁽¹⁾

⁽¹⁾ Não há diluição, uma vez que o valor de mercado da ação da Companhia era, em 31 de dezembro de 2013, inferior ao preço de exercício da opção. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2013, as opções do Programa de 2013 encontram-se ainda dentro do período para se tornarem exercíveis e, portanto, não poderiam ser convertidas em ações.

A tabela abaixo resume a remuneração baseada em ações praticada pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012:

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012		
	Conselho de Administração	Diretoria
Nº de membros:	1	4
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga:	26/03/2012 29/05/2012 ⁽¹⁾	26/03/2012 e 29/05/2012 ⁽¹⁾
Quantidade de opções outorgadas aos Diretores:	822.630 ⁽²⁾	746.328 ⁽³⁾
Prazo para que as opções se tornem exercíveis:	20% após 12 meses da outorga 30% após 24 meses da outorga 50% após 36 meses da outorga	20% após 12 meses da outorga, 30% após 24 meses da outorga e 50% após 36 meses da outorga

Prazo máximo para exercício das opções:	7 anos contados da outorga	7 anos contados da outorga
Prazo de restrição à transferência das ações:	Não há prazo de restrição após o exercício das opções. A Companhia terá o direito de optar por recomprar tais ações pelo valor de mercado, não estando a Companhia vinculada a preço e condições ofertadas por quaisquer terceiros.	Não há prazo de restrição após o exercício das opções. A Companhia terá o direito de optar por recomprar tais ações pelo valor de mercado, não estando a Companhia vinculada a preço e condições ofertadas por quaisquer terceiros.
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social:	R\$14,17 e R\$12,81	R\$14,17
(b) Das opções perdidas durante o exercício social:	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social:	N/A	N/A
(d) Das opções expiradas durante o exercício social:	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	R\$5,31 e R\$3,87	R\$5,31
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas:	0 ⁽⁴⁾ e 0,2% ⁽⁵⁾	0 ⁽⁴⁾

⁽¹⁾ O Programa 2012 foi revisto pelo Conselho de Administração em 28 de maio de 2012 para concessão de novas opções.

⁽²⁾ As opções informadas no Conselho de Administração foram concedidas quando o conselheiro ocupava o cargo de diretor.

⁽³⁾ Não estão incluídas neste item as opções que foram outorgadas a um de nossos atuais diretores quando este ainda ocupava o cargo de gerente em 2012.

⁽⁴⁾ Não há diluição, uma vez que o valor de mercado da ação da Companhia era, em 31 de dezembro de 2012, inferior ao preço de exercício da opção. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2012, as opções do Programa de 2012 encontravam-se ainda dentro do período para se tornarem exercíveis e, portanto, não poderiam ser convertidas em ações.

⁽⁵⁾ Diluição devido ao preço de exercício inferior ao valor de mercado da ação, cotada em R\$13,12, em 31 de dezembro de 2012.

A tabela abaixo resume a remuneração baseada em ações praticada pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011:

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011		
	Conselho de Administração	Diretoria
Nº de membros:	N/A	4
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga:	N/A	02/05/2011
Quantidade de opções outorgadas aos Diretores:	N/A	653.182 ⁽¹⁾
Prazo para que as opções se tornem exercíveis:	N/A	20% após 12 meses da outorga, 30% após 24 meses da outorga e 50% após 36 meses da outorga
Prazo máximo para exercício das opções:	N/A	7 anos contados da outorga
Prazo de restrição à transferência das ações:	N/A	Não há prazo de restrição após o exercício das opções. A Companhia terá o direito de optar por recomprar tais ações pelo valor de mercado, não estando a Companhia vinculada a preço e condições ofertadas por quaisquer terceiros.
Preço médio ponderado de exercício:	N/A	
(a) Das opções em aberto no início do exercício social:	N/A	R\$19,00
(b) Das opções perdidas durante o exercício social:	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social:	N/A	N/A
(d) Das opções expiradas durante o exercício social:	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$9,87
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas:	N/A	0 ⁽²⁾

⁽¹⁾ Não estão incluídas neste item as opções que foram outorgadas a um de nossos atuais diretores quando este ainda ocupava o cargo de gerente em 2011.

⁽²⁾ Não há diluição, uma vez que o valor de mercado da ação da Companhia era, em 31 de dezembro de 2011, inferior ao preço de exercício da opção. As opções do Programa 2011 encontravam-se, em 31 de dezembro de 2011, ainda dentro do período para se tornarem exercíveis e, portanto, não poderiam ser convertidas em ações.

13.7 Informações sobre as opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária ao final do último exercício social

A tabela abaixo resume as opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria em 31 de dezembro de 2013:

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013		
	Conselho de Administração	Diretoria
Nº de membros:	1	4
Opções ainda não exercíveis:		
(a) Quantidade:	Plano 2011: 90.226* Plano 2012: 658.104*	Plano 2011: 259.939** Plano 2012: 654.288** Plano 2013: 1.018.958**
(b) Data em que se tornarão exercíveis:	Plano 2011: 30% - 02/05/2013 50% - 02/05/2014 Plano 2012: 20% - 26/03/2013 30% - 26/03/2014 50% - 26/03/2015 20% - 29/05/2013 30% - 29/05/2014 50% - 29/05/2015	Plano 2011: 30% - 02/05/2013 50% - 02/05/2014 Plano 2012: 20% - 26/03/2013 30% - 26/03/2014 50% - 26/03/2015 Plano 2013: 20% - 14/03/2014 30% - 14/03/2015 50% - 14/03/2016*
(c) Prazo máximo para exercício das opções:	7 anos contados da outorga	7 anos contados da outorga
(d) Prazo de restrição à transferência das ações:	Não há prazo de restrição após o exercício das opções. A companhia terá o direito de optar por recomprar tais ações pelo valor de mercado, não estando a Companhia vinculada a preço e condições ofertadas por quaisquer terceiros.	Não há prazo de restrição após o exercício das opções. A companhia terá o direito de optar por recomprar tais ações pelo valor de mercado, não estando a Companhia vinculada a preço e condições ofertadas por quaisquer terceiros.
(e) Preço médio ponderado de exercício:	Plano 2011: R\$ 21,23 Plano 2012: R\$15,10 e R\$13,65	Plano 2011: R\$ 21,23 Plano 2012: R\$ 15,10 Plano 2013: R\$ 12,83
(f) Valor justo das opções no último dia do exercício social:	Plano 2011: R\$ 1,02 Plano 2012: R\$1,89 e R\$2,13	Plano 2011: R\$ 1,02 Plano 2012: R\$1,89 Plano 2013: R\$ 2,26
Opções Exercíveis:		
(a) Quantidade:	Plano 2011: 90.226* Plano 2012: 164.526*	Plano 2011: 259.939** Plano 2012: 163.572** Plano 2013 - 0**
(b) Prazo máximo para exercício das	7 anos contados da outorga	7 anos contados da outorga

opções:		
(c) Prazo de restrição à transferência das ações:	Não há prazo de restrição após o exercício das opções. A companhia terá o direito de optar por recomprar tais ações pelo valor de mercado, não estando a Companhia vinculada a preço e condições ofertadas por quaisquer terceiros.	Não há prazo de restrição após o exercício das opções. A companhia terá o direito de optar por recomprar tais ações pelo valor de mercado, não estando a Companhia vinculada a preço e condições ofertadas por quaisquer terceiros.
(d) Preço médio ponderado de exercício:	Plano 2011: R\$ 21,23 Plano 2012: R\$15,10 e R\$13,65	Plano 2011: R\$ 21,23 Plano 2012: R\$ 15,10 Plano 2013: R\$ 12,83
(e) Valor justo das opções no último dia do exercício social:	Plano 2011: R\$ 1,02 Plano 2012: R\$ 1,89 e R\$ 2,13	Plano 2011: R\$ 1,02 Plano 2012: R\$ 1,89 Plano 2013: R\$ 2,26
(f) Valor justo do total das opções no último dia do exercício social:	R\$ 1,87	R\$ 1,86

* As opções informadas no Conselho de Administração foram concedidas quando o conselheiro ocupava o cargo de diretor em 2011 e 2012. Nenhum conselheiro possui opções referente ao Plano de 2013.

** Encontram-se incluídas neste item as opções que foram outorgadas a um de nossos atuais diretores quando este ainda ocupava o cargo de gerente em 2011 e 2012 e, por esta razão, as informações inseridas neste item divergem daquelas prestadas no item 13.6 deste Formulário de Referência.

13.8 Informações sobre as opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2013 não foram exercidas opções e não foram entregues ações relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária da Companhia.

13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

Segundo o Plano, as opções poderão ser exercidas em até 7 anos após a data da concessão. A outorga de opções de ações relativa ao: (i) Programa 2011 ocorreu em 02 de maio de 2011; (ii) Programa 2012 ocorreu em 26 de março de 2012 e em 29 de maio de 2012; e (iii) Programa 2013 ocorreu em 14 de março de 2013.

(a) modelo de precificação

O valor justo das opções de compra de ações outorgadas no âmbito do Programa 2011, Programa 2012 e Programa 2013, na data de sua outorga, foi estimado com base no modelo binomial de precificação.

(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

As premissas por nós utilizadas no modelo binomial de precificação encontram-se resumidas nas tabelas abaixo:

	Planos de Opções de Compra de Ações – Programa 2011
Data da outorga	02/05/2011
Total de opções concedidas	653.182*
Preço de exercício da opção	R\$19,00
Valor justo da opção na data da concessão	R\$9,87
Volatilidade estimada do preço da ação	59,20%
Dividendo esperado	2,35%
Taxa de retorno livre de risco	6,36%
Duração da opção (em anos)	7

* Não estão incluídas neste item as opções que foram outorgadas a um de nossos atuais diretores quando este ainda ocupava o cargo de gerente em 2011.

	Planos de opções de compra de ações – Programa 2012
Data da outorga	26/03/2012
Total de opções concedidas¹	1.018.958*
Preço de exercício da opção	R\$14,17

Valor justo da opção na data da concessão	R\$5,31
Volatilidade estimada do preço da ação	53,24%
Dividendo esperado	1,93%
Taxa de retorno livre de risco	4,69%
Duração da opção (em anos)	7
	Planos de opções de compra de ações – Programa 2012
Data da outorga	29/05/2012
Total de opções concedidas¹	550.000
Preço de exercício da opção	R\$ 12,81
Valor justo da opção na data da concessão	R\$ 3,87
Volatilidade estimada do preço da ação	49,88%
Dividendo esperado	1,93%
Taxa de retorno livre de risco	4,06%
Duração da opção (em anos)	7

* Não estão incluídas neste item as opções que foram outorgadas a um de nossos atuais diretores quando este ainda ocupava o cargo de gerente em 2012.

	Planos de opções de compra de ações – Programa 2013
Data da outorga	14/03/2013
Total de opções concedidas	1.018.958
Preço de exercício da opção	R\$ 12,83
Valor justo da opção na data da concessão	R\$ 4,11
Volatilidade estimada do preço da ação	43,92%
Dividendo esperado	1,89%
Taxa de retorno livre de risco	3,81%
Duração da opção (em anos)	7

	Planos de opções de compra de ações – Programa 2014
Data da outorga	24/02/2014
Total de opções concedidas	1.018.958
Preço de exercício da opção	R\$ 8,98
Valor justo da opção na data da concessão	R\$ 2,65

Volatilidade estimada do preço da ação	43,36%
Dividendo esperado	3,84%
Taxa de retorno livre de risco	6,20%
Duração da opção (em anos)	7

(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

O exercício antecipado não é aplicável, dado que o modelo não permite esta opção sem a autorização do Conselho de Administração.

Conforme previsto no plano de opções, em casos excepcionais, o Conselho de Administração poderá determinar regras específicas autorizando o exercício de opções por beneficiários.

(d) forma de determinação da volatilidade esperada

A volatilidade esperada foi estimada a partir da volatilidade histórica para uma amostra compatível com o prazo da opção. Sendo a QGEP3 uma ação recentemente publicada com pouco histórico de preço até a data da outorga, a volatilidade foi estimada a partir das séries de retornos mensais da QGEP3 (de março/2011 a dezembro/2012) e de outras duas ações comparáveis (PETR4 e OGX3) no período de 7 anos.

(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Nenhuma outra característica da opção foi utilizada na mensuração de seu valor justo além daquelas divulgadas no item (b) acima.

13.10 Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores estatutários

Não há planos de previdência em vigor conferidos diretamente pela Companhia aos membros do seu Conselho de Administração e Diretoria.

Para nossa Diretoria, há o pagamento de plano de previdência custeado para nossa controlada QGEP e administrado pelo Bradesco Vida e Previdência S.A. através do contrato de Previdência Complementar – Plano Coletivo. O plano adotado é PGBL – Plano Gerador de Benefício Livre e visa o acúmulo de recursos a longo prazo com o objetivo de complementar a aposentadoria de seus beneficiários, pelo qual o funcionário contribui com o percentual variável de 1% a 12% sobre a remuneração fixa e a Companhia contribui com o mesmo percentual escolhido pelo funcionário, limitando-se ao teto de 6,5% para os nossos Diretores. O resgate dos valores são tributados diretamente na fonte, conforme o regime escolhido.

Informações relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013	a. Órgão	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. Número de membros	7	4
c. Nome do plano	N/A	PGBL – Plano Gerador de Benefício Livre
d. Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	N/A	1*
e. Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	O contrato com o Bradesco Vida e Previdência não prevê condições para aposentadoria antecipada.
f. Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	R\$ 662.263,05**
g. Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	R\$ 248.986,21***

<p>h. Possibilidade de resgate antecipado e condições</p>	<p>N/A</p>	<p>Em caso de desligamento da companhia, e conseqüentemente do plano de previdência, antes de ser elegível à aposentadoria, o saldo das contribuições feitas pela companhia será liberado de acordo com as condições apresentadas na tabela abaixo.</p>
------------------------------------------------------------------	------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

* Para ser elegível à aposentadoria, o diretor deverá ter, no mínimo, 65 anos e encerrar o seu vínculo com a companhia.

** Encontram-se incluídos neste item o valor acumulado atualizado para um dos diretores quando este ocupava o cargo de gerente em 2011 e 2012.

***Valor dos depósitos realizados em 2013 sem a remuneração do plano de investimento. Encontram-se incluídos neste item os valores depositados para um dos diretores quando este ocupava o cargo de gerente em 2011 e 2012.

Tempo de Contribuição ao Plano	% sobre a contribuição da QGEP que o beneficiário poderá sacar, em função do tempo de contribuição
Até 3 anos	0%
Mais de 3 anos até 5 anos	25%
Mais de 5 anos até 8 anos	50%
Mais de 8 anos até 10 anos	75%
Acima de 10 anos	100%

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Nº de membros	4	3,5	4,00	7	7,00	7,00
Valor da maior remuneração (Reais)	1.457.981,00	747.450,00	1.048.320,00	349.302,00	309.600,00	288.000,00
Valor da menor remuneração (Reais)	9.562,00	8.680,00	7.824,00	9.562,00	8.680,00	7.824,00
Valor médio da remuneração (Reais)	371.667,00	351.553,00	267.948,00	151.988,00	120.468,00	87.874,29

*Não havia Conselho Fiscal instalado nos exercícios de 2011, 2012 e 2013.

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2013	O valor das opções outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações de 2013 está reconhecido contabilmente em nossa controlada QGEP (vide o item 13.15 para mais informações da remuneração paga por nossas controladas). Para fins do cálculo da menor remuneração, informamos que foi levado em consideração o valor pago <i>pro-rata</i> pelo emissor a um diretor eleito no final de 2013.
31/12/2012	O valor das opções outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações de 2012 está reconhecido contabilmente em nossa controlada QGEP (vide o item 13.15 para mais informações da remuneração paga por nossas controladas). Para fins do cálculo da menor remuneração, informamos que foi levado em consideração o valor pago <i>pro-rata</i> pelo emissor a um diretor eleito no final de 2012.
31/12/2011	O valor das opções outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações de 2011 está reconhecido contabilmente em nossa controlada QGEP (vide o item 13.15 para mais informações da remuneração paga por nossas controladas).

Conselho de Administração	
31/12/2013	O membro com valor da maior remuneração anual atuou como membro da diretoria durante todo o ano de 2013.
31/12/2012	O membro com valor da maior remuneração anual atuou como membro da diretoria durante todo o ano de 2012.
31/12/2011	O membro com valor da maior remuneração anual atuou como membro da diretoria durante todo o ano de 2011.

13.12 Descrever os arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Atualmente, não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores da Companhia, em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

Nossa Diretoria pode optar pelo pagamento de um plano de previdência com a Bradesco Vida e Previdência S.A. As contribuições feitas por nossos diretores podem variar de 1% a 12% sobre a remuneração fixa e nossa controlada QGEP contribui com o mesmo percentual escolhido pelo Diretor até o limite de 6,5% do valor de sua remuneração. No caso de aposentadoria, o Diretor poderá sacar parte da contribuição da QGEP dependendo do período de contribuição a este plano de previdência, para maiores detalhes sobre nosso plano de previdência, vide item 13.10 deste Formulário de Referência.

O Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia ("Plano") estabelece as condições do exercício dos direitos relacionados ao plano quando da aposentadoria ou desligamento de um administrador. Para maiores informações das condições aplicáveis nesta situação conferir o item 13.04 deste Formulário de Referência.

Em 2012, nossa controlada QGEP, em reconhecimento por sua importante contribuição ao desenvolvimento das atividades Companhia e suas empresas controladas, especialmente resultados alcançados, pagou a um administrador um pacote de saída composto por bônus de performance e outorga adicional de opções de compra de ações, em razão de sua saída do cargo de Diretor Presidente da nossa controlada QGEP. Para maiores informações sobre remuneração fixa e variável paga por nossa controlada QGEP, vide item 13.15 e 13.16.

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

A tabela abaixo indica os valores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011:

Órgão	Exercício Social encerrado em 31/12/2011¹
Conselho de Administração	5,09%
Diretoria Estatutária	0%

¹ Em 2011 o Conselho Fiscal não foi instalado.

A tabela abaixo indica os valores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012:

Órgão	Exercício Social encerrado em 31/12/2012²
Conselho de Administração	3,5%
Diretoria	0%

² Em 2012 o Conselho Fiscal não foi instalado.

A tabela abaixo indica os valores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013:

Órgão	Exercício Social encerrado em 31/12/2013³
Conselho de Administração	2,7%
Diretoria	0%

³ Em 2013 o Conselho Fiscal não foi instalado.

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam

Os nossos administradores não receberam remuneração por qualquer outra razão que não a função ocupada.

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado dos controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

- a. **parcelas da remuneração suportadas por controladas do emissor, seus controladores diretos ou indiretos e sociedades sob controle comum, que tenham sido atribuídas aos integrantes do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e do Conselho Fiscal em função do exercício do cargo no emissor (cuja existência foi informada no item 13.1.f)**

Nossos Diretores são também diretores de nossa controlada QGEP. Considerando que a Companhia possui objeto social exclusivo de participação em sociedades que se dediquem substancialmente à exploração, produção e comercialização de petróleo, gás natural e seus derivados (portanto, somos uma *holding* pura), grande parte da remuneração paga a nossa Diretoria se concentra em tal controlada.

Em novembro de 2012, a QGEP incorporou outra controlada do grupo, a Manati S.A. Alguns pagamentos a nossos administradores em 2012 também foram realizados por esta sociedade que foi incorporada.

As tabelas abaixo resumem os valores pagos por nossas controladas, controladores diretos ou indiretos e sociedades sob controle comum aos integrantes do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, referentes aos exercícios sociais encerrados 31 de dezembro de 2011, 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2013:

Valores Reconhecidos no resultado de 2011 (em R\$)*	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Controladas	R\$ 14.739,20	R\$ 19.586.535,65**	R\$ 19.601.274,85
Controladores diretos ou indiretos	N/A	N/A	N/A
Sociedade sob controle comum	N/A	N/A	N/A

*O valor das opções outorgadas no âmbito do Programa 2011 está reconhecido contabilmente em nossa controlada QGEP, no montante de R\$2.220.601,08.

** Incluindo o valor pago aos Diretores da Companhia, em 2011, a título de gratificação relacionada à conclusão bem-sucedida da Oferta Pública de Ações da Companhia, finda em 9 de março de 2011.

Detalhamento dos valores pagos pelas Controladas

Detalhamento dos valores pagos pelas Controladas Remuneração total reconhecida no Exercício Social encerrado em 31/12/2011 – Valores Anuais			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº de membros	7	4	11
Remuneração fixa anual			
Salário ou pró-labore	R\$12.282,67	R\$2.344.385,80	R\$2.356.668,47
Benefícios direto e	R\$0,00	R\$267.975,77	R\$267.975,77

Detalhamento dos valores pagos pelas Controladas Remuneração total reconhecida no Exercício Social encerrado em 31/12/2011 – Valores Anuais			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
indireto			
Participações em comitês	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Outros (Encargos)	R\$2.456,53	R\$598.702,12	R\$601.158,65
Remuneração variável			
Bônus	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Participação de resultados	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Participações em reuniões	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Comissões	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Outros	R\$0,00	R\$14.154.870,88	R\$14.154.870,88
Pós-emprego	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Cessaçã o de cargo	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Baseada em ações	R\$0,00	R\$2.220.601,08	R\$2.220.601,08
Total da remuneração	R\$ 14.739,20	R\$ 19.586.535,65*	R\$ 19.601.274,85

*Incluindo o valor pago aos Diretores da Companhia, em 2011, a título de gratificação relacionada à conclusão bem-sucedida da Oferta Pública de Ações da Companhia, finda em 9 de março de 2011.

Valores Reconhecidos no resultado de 2012 (em R\$)*	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Controladas	R\$6.404,02	R\$14.676.454,25**	R\$14.682.858,27
Controladores diretos ou indiretos	N/A	N/A	N/A
Sociedade sob controle comum	N/A	N/A	N/A

*O valor das opções outorgadas no âmbito do Programa 2012 está reconhecido contabilmente em nossa controlada QGEP, no montante de R\$2.394.124,87.

** Incluindo o valor pago no âmbito do pacote de transição concedido ao Sr. José Augusto Fernandes Filho e conforme mencionado no Item 13.12.

Detalhamento dos valores pagos pelas Controladas

Remuneração total reconhecida no Exercício Social encerrado em 31/12/2012 – Valores Anuais			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº de membros	7	3,5	10,5
Remuneração fixa			

Remuneração total reconhecida no Exercício Social encerrado em 31/12/2012 - Valores Anuais			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
anual			
Salário ou pró-labore		R\$2.174.975,00	R\$2.174.975,00
Benefícios direto e indireto	R\$6.404,02	R\$228.804,78	R\$235.280,80
Participações em comitês			
Outros (Encargos)		R\$561.758,40	R\$561.758,40
Descrição de outras remunerações fixas	O valor da conta "Outros" se refere ao INSS sobre pró-labore, com alíquota de 20% correspondente à parte da empresa.		
Remuneração variável			
Bônus	R\$0,00	R\$6.196.791,20	R\$6.196.791,20
Participação de resultados	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Participações em reuniões	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Comissões	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Outros	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Pós-emprego	R\$0,00	R\$3.724.706,70	R\$3.724.706,70
Cessação de cargo	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Baseada em ações	R\$0,00	R\$1.789.418,17	R\$1.789.418,17
Observação	O número de membros de cada órgão pra o exercício social de 2012 foi apurado com base na média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros de cada órgão pra o exercício social de 2012 foi apurado com base na média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	R\$ 6.404,02*	R\$ 14.676.454,25**	R\$ 14.682.858,27

*O valor das opções outorgadas no âmbito do Programa 2012 está reconhecido contabilmente em nossa controlada QGEP, no montante de R\$2.394.124,87.

** Incluindo o valor pago no âmbito do pacote de transição concedido ao Sr. José Augusto Fernandes Filho e conforme mencionado no Item 13.12.

Valores Reconhecidos no resultado de 2013 (em R\$)*	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Controladas	R\$3.829,00	R\$12.150.894,00	R\$12.154.723,00
Controladores diretos ou indiretos	N/A	N/A	N/A
Sociedade sob controle comum	N/A	N/A	N/A

Detalhamento dos valores pagos pelas Controladas

Remuneração total reconhecida no Exercício Social encerrado em 31/12/2013 - Valores Anuais			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº de membros	7	4	11
Remuneração fixa anual			
Salário ou pró-labore	R\$0,00	R\$2.911.824,00	R\$2.911.824,00
Benefícios direto e indireto	R\$3.829,00	R\$243.962,00	R\$247.791,00
Participações em comitês	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Outros (Encargos)	R\$0,00	860.047,00	R\$860.047,00
Descrição de outras remunerações fixas	O valor da conta "Outros" se refere ao INSS sobre pró-labore, com alíquota de 20% correspondente à parte da empresa.		
Remuneração variável			
Bônus	R\$0,00	R\$5.664.297,00	R\$5.664.297,00
Participação de resultados	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Participações em reuniões	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Comissões	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Outros	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Pós-emprego	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Cessação de cargo	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Baseada em ações	R\$0,00	R\$2.470.764,00	R\$2.470.764,00
Observação	N/A	N/A	N/A
Total da remuneração	R\$3.829,00	R\$12.150.894,00*	12.154.723,00

*O valor das opções outorgadas no âmbito do Programa 2013 está reconhecido contabilmente em nossa controlada QGEP, no montante de R\$ 5.875.533,00.

A tabela abaixo indica a proporção de cada elemento na remuneração total consolidada da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2013:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011		
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária^{(*)(**)}
Remuneração fixa anual		
Salário ou pró-labore	83%	12%
Benefícios direto e indireto	0,0%	2,0%
Participações em comitês	0,0%	0,0%
Outros (Encargos)	17%	3,0%
Descrição de outras remunerações fixas	O valor da conta "Outros" se refere ao INSS sobre pró-labore, com alíquota de 20% correspondente à parte da empresa.	
Remuneração variável		
Bônus	0,0%	0,0%
Participação de resultados	0,0%	0,0%
Participações em reuniões	0,0%	0,0%
Comissões	0,0%	0,0%
Outros	0,0%	72,0%
Benefícios pós Emprego ou Cessão do Cargo		
Pós-emprego	0,0%	0,0%
Cessaçã o do Cargo	0,0%	0,0%
Remuneração Baseada em Ações		
Baseada em ações	0,0%	11,0%
Total da remuneração	100%	100%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012		
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária^{(*)(**)}
Remuneração fixa anual		
Salário ou pró-labore	0%	14%
Benefícios direto e indireto	100,0%	2,0%
Participações em comitês	0,0%	0,0%
Outros (Encargos)	0,0%	4,0%
Descrição de outras remunerações fixas	O valor da conta "Outros" se refere ao INSS sobre pró-labore, com alíquota de 20% correspondente à parte da empresa.	
Remuneração variável		
Bônus	0,0%	42%
Participação de resultados	0,0%	0,0%
Participações em reuniões	0,0%	0,0%
Comissões	0,0%	0,0%

Outros	0,0%	0,0%
Benefícios pós Emprego ou Cessão do Cargo		
Pós-emprego	0,0%	26,0%
Cessação do Cargo	0,0%	0,0%
Remuneração Baseada em Ações		
Baseada em ações	0,0%	12,0%
Total da remuneração	100%	100%

* Um dos nossos conselheiros manteve alguns benefícios (plano de saúde, odontológico e seguro de vida) custeados pela nossa controlada Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. ("QGEP"), remanescentes do período em que exercia o cargo de Diretor Presidente da Companhia.

** Pacote de transição concedido a um administrador, conforme mencionado no Item 13.12.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013		
�rg�o	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Remuneração fixa anual		
Salário ou pr�-labore	0,0%	24%
Benefícios direto e indireto	100%	2%
Participações em comitês	0,0%	0,0%
Outros (Encargos)	0,0%	7,1%
Descrição de outras remunerações fixas	O valor da conta "Outros" se refere ao INSS sobre pró-labore, com alíquota de 20% correspondente � parte da empresa.	
Remuneração variável		
Bônus		46,6%
Participação de resultados		
Participações em reuniões		
Comissões		
Outros		
Benefícios pós Emprego ou Cessação do Cargo		
Pós-emprego		
Cessação do Cargo		
Remuneração Baseada em Ações		
Baseada em ações		20,3%
Total da remuneração	100%	100%

- b. **demais remunerações recebidas por administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia que tenha sido reconhecida no resultado de controladas da Companhia, dos controladores diretos ou indiretos do emissor ou de sociedades sob controle comum, mesmo que não relacionadas ao exercício de cargo no emissor**

A tabela abaixo indica os valores atribuídos a título de remuneração por cargos ocupados por determinados administradores da Companhia na administração das nossas controladas, controladores diretos ou indiretos e sociedades sob controle comum, referentes aos exercícios sociais encerrados 31 de dezembro de 2011, 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2013:

Valores Reconhecidos no resultado de 2011 (em R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Controladas	N/A	N/A	N/A
Controladores diretos ou indiretos	R\$ 3.174.438,41	N/A	R\$ 3.174.438,41
Sociedade sob controle comum	R\$ 3.453.431,67	N/A	R\$ 3.453.431,67

Valores Reconhecidos no resultado de 2012 (em R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Controladas	N/A	N/A	N/A
Controladores diretos ou indiretos	R\$ 5.527.741,49	N/A	R\$ 5.527.741,49
Sociedade sob controle comum	R\$ 1.506.840,79	N/A	R\$ 1.506.804,79

Valores Reconhecidos no resultado de 2013 (em R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Controladas	N/A	N/A	N/A
Controladores diretos ou indiretos	R\$ 4.731.846,76	N/A	R\$ 4.731.846,76
Sociedade sob controle comum	R\$ 3.625.728,78	N/A	R\$ 3.625.728,78

13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A remuneração paga por nossa controlada QGEP aos administradores da Companhia é composta por elementos fixos e variáveis. A remuneração fixa reflete parâmetros adotados na indústria do petróleo, sobretudo nas cadeias de exploração e produção. Em relação à remuneração variável, a QGEP implementou em 2012 um modelo de premiação por desempenho com base nos resultados financeiros da Companhia, no resultado da área e no desempenho individual, efetivado por meio de Plano de Participação nos Lucros e Resultados – PLR.